

## Onze associações de deficientes propõem-se trabalhar em comum

Pág. 3

### editorial

## Um passo atrás

Nos termos da Lei Orgânica do actual Governo, recentemente promulgada pelo Presidente da República, o Secretariado Nacional de Reabilitação deixa de estar na dependência directa da presidência do Conselho de Ministros passando a ser tutelado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Depois de um programa de Governo em que os problemas dos deficientes mereceram, no total, a atenção de vagas referências no final de uma ou outra rubrica, esta Lei Orgânica parece demonstrar uma total falta de sensibilidade do Governo relativamente aos problemas dos deficientes.

Entende o Governo que os problemas dos deficientes se resumem à esfera da segurança social. Nós entendemos que assim não é.

Sempre nós batemos por que o Secretariado Nacional de Reabilitação fosse um órgão de cúpula da reabilitação em Portugal, que definisse uma política nacional, concentrasse esforços, racionalizasse meios, permitisse pôr termo à depreciação de dinheiros públicos em acções não coordenadas numa perspectiva global. Sempre nós batemos por que o SNR não fosse apenas um serviço relegado para a função de emitir pareceres que a prática dos demais órgãos da Administração poderá subverter.

O SNR ainda não era aquilo que desejávamos. O facto de o Conselho Nacional de Reabilitação não ter poder deliberativo constituía já uma grave limitação ao seu mais correcto funcionamento, enquanto a Lei Orgânica do Secretariado em vigor, vedando a participação dos deficientes, continua informada por filosofias arcaicas de reabilitação que hoje já ninguém aceita. Por isso afirmávamos a necessidade de uma nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

O anterior Governo tinha prometido uma nova Lei, mas não passou de promessa, com o falso argumento de falta de verbas.

Há que afirmar, e não é a primeira vez que o fazemos, que não é um problema de verbas que obsta à existência de uma política nacional de reabilitação em Portugal. Haja vontade política e as verbas que actualmente se gastam de forma dispersa, chegarão para encarar de frente o problema numa perspectiva coordenada e de âmbito nacional.

Porém, os acontecimentos mais recentes parecem mostrar que ainda não será desta vez que haverá coragem para seguir esse caminho.

A mudança de estatuto do SNR consagrada na nova Lei Orgânica do Governo cria sombrias perspectivas a essa necessária mudança de mentalidade e de política. O que é particularmente grave no momento em que Portugal se integra formalmente nas Comunidades Europeias.

A existência de um instrumento governamental para a coordenação das acções de reabilitação numa perspectiva nacional global, dependente da presidência do Conselho de Ministros, constituía à partida um bom cartão de visita para a captação dos apoios comunitários nesta área. Lamentavelmente, acabamos de dar um passo atrás.



1986 foi proclamado pela ONU o ANO INTERNACIONAL DA PAZ. Associando-se a esta comemoração o habitual calendário da ADFA será alusivo ao tema, com um inspirado desenho de Victor Paula, artista gráfico que de há muito vem colaborando com a nossa Associação. Sobre este Ano Internacional ver notícia na pág. 12.



## REHA-85 Feira Internacional de Reabilitação em Dusseldorf

CENTRAIS



## A orientação e formação profissional de deficientes em Portugal

Pág. 5



# Natal

O fim de Novembro aproxima-se rapidamente. Extinto este mês, entrará em cena o Dezembro trazendo consigo a inevitável morte de mais um ano. Por todo o lado, na rua, nas montras dos estabelecimentos comerciais e na Comunicação Social, já se notam os primeiros sintomas da quadra natalícia que se aproxima, denominada como a época da paz, do amor e da fraternidade!!! Neste ritual que ano após ano se repete em todo o mundo desde há dois mil anos, todo este tempo nos tem mostrado que infelizmente nem sempre as palavras dão lugar às acções. É no Natal que os homens se aproximam! É no Natal que a esperança pela paz no mundo atinge o seu auge em todos os corações. Porém, o Natal não interrompe a vaga de fome que assola milhões de pessoas. Não é no Natal que terminam as guerras. Também não é no Natal que a boa vontade chega aos governantes dos grandes países para que tenham a coragem de transformar as fábricas de material bélico em centros produtores de bens essenciais tão necessários aos países mais pobres. É no Natal que a hipocrisia do ser humano mais se clarifica. Enquanto nos lares dos mais poderosos repicam os sinos da abundância e do prazer, festejando hipocritamente o nascimento daquele que há vários séculos anunciava o amor e a igualdade entre todos os homens, em muitos locais da Terra, os sinos da felicidade são substituídos pelo troar dos canhões, onde fome continua a matar, alargando o terror e a miséria.

ria. É este o panorama do mundo civilizado!!!!...

A quadra natalícia funciona como que um supérfluo de que se servem muitos Estados para adormecerem as populações, para depois voltarem ao seu vampirismo feroz, continuando a sugar sem contempções o sangue de quem os alimenta, os veste e os calça. Os lindos e comoventes postais de boas festas, dão lugar aos decretos-lei, que em nome da justiça e da disciplina acorram e asfixiam o povo à sua condição de fiel servo. Depois da estação de falsas promessas, novamente se põe em marcha o comboio do desespero de uns e da indiferença de outros. Até ao próximo Natal será o deslizar obediente das carruagens puxadas pela locomotiva do poder onipotente. Em nome da solidariedade continuarão a ser oferecidas toneladas de armamento às nações onde em lugar de seiva da paz, correm rios de sangue de gente inocente. Em lugar do leite e do pão, as granadas e os obuses. Em vez das gargalhadas das crianças, os assobios arrepiantes dos mísseis. Em dois mil anos de história, os milhares de sermões do alto do púlpito não conseguiram fazer terminar o flagelo da incompreensão dos homens.

Eis-me aqui em casa em mais uma tarde de sexta-feira, passando para o papel os meus pensamentos dos quais não me consigo livrar. Como milhares de seres, sou vítima de uma guerra estúpida e cruel. Por isso mesmo as minhas considerações anteriores. Poderá parecer ao leitor que nunca se viu envolvido

numa guerra, despropósito este meu trabalho. Poderão até julgá-lo-mais próprio para ser reproduzido num jornal político. Porém, a intenção deste artigo, nada tem a ver com a política, mas tão somente dar a conhecer ainda que superficialmente, o estado de espírito de um indivíduo que se viu envolvido numa guerra para a qual em nada contribuiu. É fácil falar-se em reintegração social dos deficientes e coisas assim parecidas, mas quando verificamos que os governos se limitam às palavras e nós vamos caminhando para a terceira idade sem vermos criadas as estruturas sociais que nos permitam viver com o mínimo de dignidade, o que devemos de pensar? É pois nesta fase, após mais um internamento no hospital, internamento esse motivado por mais uma crise devida ao ferimento de que fui vítima na Guiné, que me levou a estar mais uma vez em estado de coma, lutando entre a vida e a morte, que aqui estou em casa convalescendo de mais esta chicotada brutal. aqui estou sozinho, esperando com ansiedade o regresso das minhas duas companheiras. É neste silêncio caseiro, apenas interrompido de vez em quando pelo barulho de um ou outro carro que passa na rua em frente, que me dirijo aos leitores do jornal «Elo», acto que não dispense por se tratar de uma necessidade e não de mero vício. Não. Não é demagogia aquilo que digo. Essencialmente o que pretendo é dizer a todos que não é fácil apagar a revolta que sinto por um sistema insensível, desumano e retrógra-

do, ao qual ainda alguns se mantêm fiéis, que provocou milhares de mortos e feridos devido a uma guerra que enlutou milhares de famílias.

Ao dirigir-me ao «Elo» focando este assunto, não pretendo falar exclusivamente de mim. Somos muitos nas mesmas condições. Somos muitos a quem tiraram o direito de viver a nossa juventude. Somos muitos para quem a permanência nos hospitais se tornou um hábito. Que ninguém se esqueça disso. Depois de ter permanecido mais uma vez nas trevas durante 4 semanas, aqui estou eu. Vivo por dentro e por fora, pronto para continuar a dar o meu esforço na defesa dos direitos dos deficientes. Regresso à vida, que apesar de tudo para mim ainda tem sentido. Aqui estou eu pronto para a luta na defesa dos justos anseios da ADFA. Aqui estou eu, talvez, a chatear alguns que no seu íntimo mais desejariam acompanhar o meu corpo ao cemitério para aí, perante os presentes, justificarem os seus dotes presidenciais e lerem o discurso fúnebre em frente da minha urna envolta na bandeira da sua indiferença. Aqui estou eu com a minha arma favorita em punho, municiada com as munições do meu cérebro que ainda trabalha, continuando a ter ideias próprias. O caminho é para a frente. É nessa direcção que caminharei até ao desenlace fatal.

P. S. — Quero agradecer a todos que tiveram a gentileza de, quer através de visitas ao hospital, quer através de telefonemas, me endereçaram os seus votos de melhoras.

## Pelo sócio José Maia

## Delegação do Porto

### Aviso aos sócios

Esta Delegação enviou recentemente a cada sócio, três bilhetes (no valor de 100\$00/cada) para um sorteio, com o objectivo de ajudar a custear os encargos decorrentes da realização da festa de Natal.

Dado que os contemplados do mesmo serão conhecidos de acordo com os resultados da lotaria do Ano Novo, lem-

bramos que se continuam a receber os referidos cupões, através do Correio, ou directamente, na Secretaria da Delegação.

Recordamos ainda que, como prémios principais, há a salientar um micro computador Times 2048, uma bicicleta de corrida Altis Intervitos 888, e uma fritadeira eléctrica Rowenta.

### Descontos em casas comerciais

A Direcção da Delegação do Porto, na sequência dos contactos que efectuou junto de diversos estabelecimentos comerciais da cidade, firmou com as mesmas, acordos para que os associados da ADFA beneficiem de descontos especiais, na aquisição de artigos variados.

Assim, indicamos seguidamente a relação dos artigos, casas, respectiva localização e descontos,

Antes, porém, chamamos a atenção para o facto de os descontos só se efectuarem mediante a apresentação do cartão de sócio da ADFA, com as quotas actualizadas.

#### Modas e confecções

- Casa Bruxelas (10%)  
R. Cedofeita, 75 — Porto

#### Roupa e brinquedos para criança

- Pony (10%)  
Centro Comercial Brasília  
Pr. Mousinho Albuquerque, 113 - Loja 74-5.  
— Porto  
T. Santa Catarina, 400 — Porto  
R. Cedofeita, 69 — Porto

#### Automóveis — Peças e acessórios

- Pneus — 10 5%
- Garagem da Lapa  
R. da Regeneração, 68-74 — Porto  
Praça da República, 116 — Porto
- Auto-Oscar Acessórios (20%)  
R. Alexandre Braga, 112 — Porto

#### Móveis e decorações

- Margarido, Carvalho & Moreira, Lda. (10%)  
R. Serpa Pinto, 671 — Porto
- Móveis Honório (15%)  
R. Faria Guimarães, 846-860 — Porto  
Av. Rodrigues de Freitas, 310 — Porto  
Av. da República, 2409 — V. N. Gaia

#### Ferragens - Cutelarias - Louças - Vidros - Cristais - Porcelanas - Faianças

- Ferrolândia (10%)  
R. Formosa, 430 — Porto
- Braz & Braz (5% + 3%)  
R. Alexandre Braga, 130 — Porto
- César Castro (10%)  
R. do Bonjardim, 302-304 — Porto

#### Sapatarias (5%)

- Sapataria Simónia  
R. Cedofeita, 12 — Porto
- Sapataria Guelva  
R. da Trindade, 100 — Porto
- Sapataria Vogue  
R. 31 de Janeiro, 80 — Porto

#### Cortinas - Tapetes - Decorações (10%)

- Casa das Cortinas  
Pr. Guilherme Gomes Fernandes, 28 — Porto  
R. Santa Catarina, 389 — Porto  
R. Fernandes Tomás, 753 — Porto

#### Titas - Vernizes - Esmaltes (15%)

- Robbialac Portuguesa  
R. Nova de S. Crispim, 127 — Porto  
R. Júlio Dinis, 767 — Porto  
R. do Bonjardim, 645 — Porto  
Pr. General Humberto Delgado, 281 — Porto  
R. Manuel P. de Azevedo, 968 — Porto  
R. 14 de Outubro, 492 — V. N. Gaia

#### Jantar comemorativo do 11.º aniversário

Realizou-se no passado dia 7, nas instalações da Delegação do Porto, o tradicional jantar comemorativo da primeira reunião de deficientes militares, no Norte do país. Em ambiente animado,

que contou com a presença de 120 convivas e, depois do arroz à valenciana, houve um espaço musical, preenchido com fados interpretados por um grupo amador, do qual se destaca o camarada Jorge Pina.

## FARO

### Simpósio sobre Higiene e Segurança no Trabalho

A direcção do Hospital Distrital de Faro, à semelhança do que havia já sucedido anteriormente, convidou a Direcção da Delegação local da ADFA para participar num Simpósio sobre Higiene e Segurança no Trabalho, que decorreu nesse hospital nos dias 28, 29 e 30 de Novembro.

Representaram a ADFA o presidente da Delegação, José Nicolau Rufino e o relator do conselho fiscal da Delegação, Vítor Manuel da Costa.

Ao longo deste simpósio foram analisados temas variadíssimos como a formação em higiene e segurança no trabalho, a prevenção de acidentes, a importância da psicologia industrial na prevenção dos acidentes, higie-

ne hospitalar e doenças profissionais, aspectos de protecção contra radiações, ligações entre a medicina curativa e a medicina do trabalho, cancro e trabalho, e noções práticas de alimentação,

Particular importância

para nós tiveram, porém, a mesa-redonda «reabilitar» que teve lugar na tarde de sexta-feira, 29, e as intervenções de terapeutas do Hospital Distri-

#### Vila da Feira

#### Núcleo da ADFA em marcha

Os sócios dos concelhos de S. João da Madeira, Ovar, Espinho, Vila da Feira e demais concelhos vizinhos, realizaram, no passado dia 30, uma reunião com cerca de 20 participantes, no sentido de ser criado mais um núcleo da ADFA, desta feita, em Vila da Feira.

Para tanto, solicitaram

tal de Faro, subordinadas ao tema «Prevenção/Integração/Reintegração Profissional do deficiente físico — Papel da terapia ocupacional.

apoio à Câmara Municipal desta localidade, no que respeita à cedência de instalações, para que o arranque dos trabalhos possa ser um facto.

Entrémentes, será apresentada dentro em breve a proposta de criação do novo núcleo, aos órgãos a quem cabe — estatutariamente — efectivar a sua legalização.

Propriedade, Administração e Redacção:

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:

António Augusto Almeida Santos,  
Armindo Roque,  
Barros Dias, Cid dos Santos

Composto e impresso:

Empresa Pública Diário Popular (EPDP)  
Rua Luz Soriano, 67  
LISBOA



PORTE  
PAGO

# Com entrega de documento conjunto ao SNR

## Onze associações de deficientes propõem-se trabalhar em comum

Onze organizações de e para deficientes procederam no dia 9 de Dezembro — Dia Nacional do Deficiente — à entrega de um documento ao Secretário Nacional de Reabilitação em que constatarem que as expectativas criadas pelo Poder ao subscrever a Carta para os anos 80 foram e continuam a ser defraudadas. Essas organizações comprometem-se por outro lado a apresentar, a curto prazo, um plano de acções concretas nas várias áreas da reabilitação e integração social.

Este documento, que junto reproduzimos na íntegra, resultou de uma proposta da ADFA no sentido de as organizações de e para deficientes se juntarem e reflectirem em conjunto sobre a situação do deficiente no nosso país à luz das recomendações da ONU no âmbito da Carta para os Anos 80 e da Década Mundial da Reabilitação, que Portugal subscreveu. Esta acção constituiu ainda um primeiro passo na colaboração entre essas organizações — e outras que entretanto desejam aderir — para uma reflexão e acção conjuntas com vista à solução dos problemas que se colocam aos deficientes num Portugal quase europeu do ponto de vista formal, mas onde continua a não haver uma política nacional e reabilitação, onde o organismo coordenador da reabilitação não exerce todas as potencialidades por falta de instrumentos legais adequados, e onde só se fala de deficientes na última linha de uma ou outra rubrica isolada do Programa de Governo ou anunciando um novo pedido para assegurar uma subsistência precária a organizações que vão fazendo melhor ou pior aquilo que o Estado tem obrigação de fazer pelos seus cidadãos deficientes, e não faz.

Uma nova reunião entre as associações de e para deficientes autoras deste documento está já marcada para o dia 13 de Janeiro.

Após a entrega do documento, os representantes das várias organizações presentes tiveram ocasião de manifestar as suas apreensões ao secretário Nacional de Reabilitação, Lopes Dias, em nome da ADFA, afirmou que com a integração na Europa é fundamental que o Secretariado Nacional de Reabilitação assuma o papel que lhe cabe, sem o que Portugal não conseguirá recuperar do seu atraso em matéria de política relativa a deficientes.

«A ADFA, disse, (reconhece) haver no SNR meios humanos que já deram provas da sua capacidade e empenhamento em defender os interesses dos deficientes. Mas têm faltado os meios materiais e a vontade política.

Lopes Dias defendeu depois a necessidade de uma correcta aplicação a nível nacional das verbas que se gastam em reabilitação. E perguntou: saberá o SNR que dinheiros estão a ser gastos em reabilitação e segundo que princípios? Somos um país de poucos recursos não podemos desperdiçar um único centavo, nem os meios humanos de que dispomos.

Lembrou depois o presidente da ADFA que a nova Lei Orgânica do SNR continua na gaveta e desconhece-se se o actual Governo irá finalmente aprová-la.

«Estamos empenhados, disse, em chegar ao Governo e à Assembleia da República e sensibilizar os governantes e deputados para que essa Lei seja aprovada e haja resposta para os

problemas dos deficientes portugueses.»

«Ou o Governo dá ao SNR a força política de que este necessita ou voltamos ao antigamente, cada um trabalha para seu lado e os deficientes não são cidadãos a tempo inteiro», afirmou Lopes Dias a concluir. Falou depois Guida Faria, técnica de reabilitação e presidente da Liga Portuguesa de Deficientes Motores, que se congratulou por «termos conseguido dar as mãos todos e estarmos nesta casa mostrando que ela é um pouco nossa.»

«Se o SNR não conseguiu fazer o necessário, talvez o consiga agora com esta força e este calor que viemos aqui trazer».

Guida Faria referiu depois algumas notas positivas no panorama português: a existência de um Secretariado Nacional de Reabilitação, criado num período em que tal organismo não existia ainda em muitos países e o voluntarismo que tem conseguido pôr de pé instituições válidas.

Considerou assim a presidente da LPDM haver condições reunidas para se iniciar com força um novo ano em que se consiga que as entidades oficiais tenham um novo conceito sobre os deficientes e as pessoas que trabalham para os deficientes.

«Aceitando as nossas diferenças somos mais humanos e criadores», prosseguiu, concluindo que há que gerir os recursos existentes e fomentar o intercâmbio com outros países no sentido de rentabilizar o nosso esforço.

«Demos hoje um passo importante ao reunir estas organizações, o que constitui uma grande vitória», disse ainda.

Luís Prado, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, afirmou que o Secretariado tem agora sobre os seus ombros uma imensa responsabilidade mas está hoje devidamente apetrechado para lhe fazer face.

José Arruda, da ADFA, disse por seu turno: «Não viemos aqui lamentar-nos. Vamos passar à acção» e apontou a necessidade de intervir de imediato junto dos órgãos de soberania para sensibilizar os governantes.

«Não pertencemos a nenhum partido político, frisou José Arruda.

Somos cidadãos determinados.

Estamos decididos e vamos actuar».

O secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, por seu turno, manifestou o seu «jubilo» por encontrar um grupo que põe de parte outros objectivos que não a integração dos deficientes na sociedade». Referiu depois o importante papel dos técnicos no SNR:

«Os técnicos são o coração do SNR. A minha função tem sido deixar que aqueles que sabem e têm devoção e apego à causa que defendem dêem largas a toda a sua iniciativa».

Bobela Mota historiou depois a vida do SNR desde que tomou posse do cargo de Secretário Nacional: «No Programa do Governo (de então) a primeira prioridade era a remodelação da Lei Orgânica do SNR para que as associações de deficientes pudessem intervir directamente; disse.

O projecto de nova Lei Orgânica, prosseguiu, foi elaborado com ampla participação e foi apresentado ao Governo». Nele pusemos toda a nossa esperança.

Seguro de que essa lei seria aprovada, tomei a responsabilidade de reorganizar internamente o Secretariado para corresponder às suas directivas».

O Governo anterior considerou necessário que o projecto percorresse

todos os ministérios em que teria incidência. Houve pareceres, «autênticos vetos nalguns casos, que nos obrigaram a fazer alterações que não nos pareciam prejudicar o seu espírito».

Por último, o Ministério das Finanças rejeitou a proposta por implicar aumento de encargos (que seria de 0,1 por cento relativamente à Lei anterior, segundo afirmou o Secretário Nacional).

Ainda segundo Bobela Mota a proposta deveria voltar a ser apresentada em Conselho de Ministros quando se deu a queda do governo anterior.

«As propostas de legislação apresentadas foram-nos sistematicamente cortadas pelo ministério das Finanças porque envolviam meios financeiros», disse por outro lado Bobela Mota, mas «se não fôr no Orçamento Geral do Estado, o Secretariado Nacional de Reabilitação procurará fundos noutra qualquer». O SNR está disposto a seguir as reivindicações justas e realistas hoje formuladas aqui».

Bobela Mota expressou ainda a convicção de que não é dinheiro que falta para fazer avançar a reabilitação em Portugal: «Muitas vezes estão a fazer-se serviços paralelos que custam uma fortuna ao país. Há dinheiro para a reabilitação, está é mal distribuído, o que constitui um crime quase ignóbil, dada a situação do país.

«Tem sido uma luta para conseguir

colaboração entre todas as entidades intervenientes na área da reabilitação. Está programada uma reunião com todos os directores-gerais dessas áreas para tentar evitar essa falta de planeamento».

O Secretário Nacional de Reabilitação afirmou-se seguro de que com a vossa ajuda e a vossa vontade de ser úteis poderemos ter esperança acrescida de que esses problemas hão-de um dia ser resolvidos».

Referindo-se, por último, ao Dia Nacional do Deficiente que então decorria, o secretário Nacional de Reabilitação afirmou: «O Dia Nacional do Deficiente hoje é uma necessidade pois a sociedade não está plenamente consciencializada. Com o nosso trabalho iremos desvanecendo a necessidade dessa comemoração».

Falou por último, em nome dos técnicos do Secretariado, Lurdes Faria que afirmou não ter havido, neste ano, a preocupação de realizar acções formais no Dia Nacional do Deficiente, tendo-se preferido que fosse «um dia como os outros».

Referiu sentir-se pela primeira vez «convidada em sua casa», realçando que não haviam sido feitos convites nem enviadas circulares para a reunião que estava a decorrer, e felicitando-se pelo facto de terem sido as próprias organizações de e para deficientes a tomar a iniciativa.

### Texto integral do documento entregue ao SNR pelas organizações de e para deficientes

## Dia Nacional do Deficiente 9 de Dezembro de 1985 Total participação e igualdade

Associações de e para deficientes sentiram necessidade de se reunir para, em conjunto, reflectirem sobre a aplicação em Portugal dos princípios constantes na Carta para os Anos 80 e também no quadro das acções concretas inseridas no Programa Mundial de Acção relativo às pessoas deficientes.

Nas reuniões já realizadas têm sido analisadas as questões que mais afectam os deficientes portugueses e suas organizações representativas, nomeadamente no que se refere à necessidade urgente de implementar no nosso país uma Política Nacional de Reabilitação emanada do Secretariado Nacional de Reabilitação — SNR —, instrumento governamental a que compete definir, planear e coordenar todas as acções nesta área.

Conscientes de que nos cabe um papel decisivo na mudança de atitudes para com a pessoa deficiente, decidimos desencadear um processo que vise alertar a opinião pública e o Poder para os problemas mais prementes que afectam uma faixa de cerca de 10 por cento da população portuguesa, tendo como ponto de partida os princípios a seguir enunciados:

1 — As Associações de e para Deficientes têm consciência plena da necessidade urgente de se organizarem numa força conseqüente, pautando a sua actuação pela isenção político-partidária, tendo como objectivo central promover a discussão a todos os níveis dos problemas dos deficientes portugueses à luz dos princípios consignados na Carta para os Anos 80 e Programa Mundial de Acção.

2 — As Associações de e para Deficientes reconhecem que os largos milhares de deficientes portugueses não souberam valorizar até ao momento a força latente que possuem, traduzindo-se, tal facto, na inoperância dos serviços oficiais ligados à reabilitação.

3 — Pela força dos deficientes foi criado em 1977 o SNR — Estrutura considerada, desde logo, avançada relativamente aos demais países europeus e na qual o direito à participação dos deficientes foi aceite em toda a sua extensão, antecipando-se de algum modo, o nosso país aos princípios que vieram a ser proclamados pelas Nações Unidas para a Década das Pessoas Deficientes.

4 — Ao assinar a Carta para os Anos 80, Portugal vinculou-se àquelas recomendações, o que constituiu para os deficientes uma esperança quanto à situação caótica em que se encontravam.

5 — Estas expectativas foram e continuam a ser defraudadas, dado que até hoje, pela sua prática, nenhum governo manifestou vontade política para enfrentar os problemas dos deficientes.

6 — Das expectativas iniciais, voltámos à situação por todos nós conhecida, em que a sobrevivência dos deficientes e das suas organizações representativas é encarada à luz da caridade e das boas vontades, pelo total desrespeito aos princípios atrás referidos e assumidos pelo Estado Português.

7 — Não aceitamos que numa sociedade em crise tenhamos que ser

# Ludoteca a funcionar no SNR



No final deste Ano Internacional da Juventude, o Secretariado Nacional de Reabilitação criou um espaço dedicado à brincadeira que irá beneficiar crianças deficientes e não deficientes, proporcionando o contacto entre umas e outras e ainda a reflexão dos técnicos e educadores sobre o papel dos jogos e brinquedos na reabilitação da criança deficiente.

A Ludoteca do SNR, a funcionar provisoriamente na loja do rés-do-chão

do edifício do Secretariado, foi inaugurada no dia 16 de Dezembro, estando prevista a sua futura transferência para a Quinta da Malvisa quando nesta funcionar o Centro de Formação e Investigação Maria Cândida da Cunha.

Em breves palavras dirigidas aos convidados antes da inauguração, o Secretariado Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, afirmou que esta realização, levada a cabo em colaboração com o Instituto de Apoio à Criança se destina a despertar maior autonomia e criatividade na criança deficiente, através do contacto com jogos e brinquedos adequados no convívio com outras crianças.

Referiu ainda Bobela Mota que o direito a brincar está consignado numa recomendação formulada pela UNESCO em 1960.

Em Portugal, a par da pouca atenção que os fabricantes de brinquedos dedicam à importância do brinquedo como factor de estímulo do desenvolvimento das faculdades da criança, são poucos os espaços como este recém criado. Além das ludotecas da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto de Apoio à Criança, apenas existe um ou outro espaço de iniciativa particular.

Esta realização, afirmou ainda o Secretariado Nacional de Reabilitação, irá possibilitar uma reflexão dos técnicos sobre a função da ludicidade na criança deficiente e está prevista a colaboração com estagiários das Escolas Superiores de Educação nesse domínio.

A Ludoteca do SNR funcionará sobretudo com alunos das escolas da

zona e instituições para crianças deficientes, mas estará igualmente aberta à população em geral. Com capacidade para 25 crianças, a Ludoteca do SNR deverá acolher grupos constituídos por 10 crianças deficientes e 15 não deficientes, por se considerar ser essa a proporção ideal para uma mais fácil integração.

## Janela interior

Pelo sócio Dr. Valente dos Santos

### 2. nível cognitivo-intelectual

A adolescência é marcada pelo aparecimento da lógica for-

mal, isto é, o adolescente passa a raciocinar em abstracto.

Em vez de o raciocínio incidir sobre o real, e este representar o único modelo de raciocínio, a partir de agora o real passa a ser mais um modelo, entre vários, que o adolescente pode utilizar.

Assim, diante de determinado problema, o adolescente começa a pôr todas as hipóteses possíveis, para resolver a questão, e vai tentar, pouco a pouco, ajustar uma determinada estratégia para a resolução do problema.

Quando a estratégia não é adequada, volta ao princípio e assim vai ensaiando, até esgotar todas as hipóteses.

Esta capacidade de jogar com as variáveis, de uma forma pré-estabelecida, tentando encontrar a solução do problema, é uma característica do pensamento formal.

Por exemplo, a escolha vocacional, vai ter que atender à construção de um ideal, e à adequação desse ideal ao real, tais como compensação económica, «numerus clausus» de acesso ao ensino superior e outras condicionantes.

Há nesta fase aquilo a que Piaget chamou «egocentrismo intelectual», em

que o adolescente descobre esta nova possibilidade de raciocinar, por prazer, sem nenhum fim prático imediato, como uma actividade intelectual no vazio.

A criança que até aqui apenas raciocinava no concreto, tinha poucos avanços a este nível, porque raciocinando no imediato, não tinha capacidade de se desligar das experiências diárias.

Agora o adolescente, com esta nova potencialidade intelectual, tende a comparar sistemas teóricos e sistemas diferentes de valores, devido ao seu salto do real para o abstracto.

Todas estas capacidades cognitivo-intelectuais, constituem o que, alguns psicólogos e psicanalistas americanos, chamam de Cultura Adolescente.

Esta atracção pelo cientismo, leva o adolescente a pôr em causa, tudo o que não assenta em bases científicas, nomeadamente as tábuas de valores dos adultos, particularmente a autoridade dos progenitores, a religião e outros aspectos.

Perante estas modificações, uma das tarefas fundamentais do adolescente, é tentar a sua integração socio-afectiva, do que falaremos no próximo artigo.

(Continua)

## Texto integral do documento entregue ao SNR

(Continuação da pág. 3)

nós a suportar a maior factura, tentando atribuir-nos o estatuto de cidadão secundário.

8 — Constatamos que apesar da crise se fomenta uma política de capelinhas, em que os organismos públicos esbanjam dinheiro sem qualquer coordenação, planeamento e a indispensável participação dos interessados, atirando organizações que se substituem ao Estado nas várias áreas da reabilitação para situações de dependência degradante, vendo-se obrigadas a recorrer à caridade pública para levar a cabo os seus objectivos a fim de não tornar inútil todo um trabalho já desenvolvido.

9 — Assistimos com indignação que os órgãos de Comunicação Social só se referem ao problema das pessoas deficientes quando se trata de recorrer à solidariedade pública, em vez de assumirem o seu papel como veículo de sensibilização e informação da opinião pública para as potencialidades do deficiente e suas organizações, as quais não, prescindem do papel activo a que têm direito na sociedade portuguesa.

10 — Verificamos que na área da reabilitação e integração dos deficientes, Portugal continua de costas voltadas para a Europa onde nos vamos inserir a partir de 1 de Janeiro de 1986, e, com alguma preocupação, constatamos não haver perspectivas políticas quanto à aprovação da Lei Orgânica do SNR, o que possibilitaria a

esta estrutura governamental e equacionamento, coordenação e planificação de todas as acções, inclusive na preparação de projectos de modo a que o nosso país possa vir a obter os apoios da Comunidade Europeia.

11 — As Associações de e para Deficientes comprometeram-se a apresentar, a curto prazo, um plano de acções concretas que visem objectivos a nível organizativo do movimento de deficientes nas várias áreas da reabilitação e integração social.

ADFA — Associação dos Deficientes das Forças Armadas

LPDM — Liga Portuguesa de Deficientes Motores

APS — Associação Portuguesa de Surdos

APPACDM — Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais

APECD — Associação Portuguesa para Educação das Crianças Deficientes Auditivas

CNAD — Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes

ACSMA — Associação Cultural de Surdos-Mudos da Amadora

APDR — Associação Portuguesa de Doentes Renais

APPGA — Associação Portuguesa de Protecção às Crianças Autistas

LCJD — Liga de Cegos João de Deus

ASBHP — Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal

## SÓCIOS FALECIDOS



FERNANDO RODRIGUES SIMÕES, de 42 anos, residente em Casal da Azenha, Penela, Coimbra, faleceu de derrame cerebral no dia 7 de Novembro. Deficiente das Forças Armadas com 65 por cento de incapacidade por ferimentos sofridos em combate na Guiné, Fernando Simões sofria ainda de doença renal grave. Deixa viúva e três filhos menores com imensas dificuldades financeiras.



ANTÓNIO CHEGANÇAS MOREIRA, sócio n.º 9563, residente em S. Silvestre, Coimbra, faleceu em consequência de acidente de viação no passado mês de Outubro, com 69 anos de idade. Era pensionista de preço de sangue por seu filho António Correia Moreira, falecido em combate em Moçambique.

A FAMÍLIA DESTES Nossos Associados apresentamos sentidas condolências.

## Apoio Médico

A ADFA deve ser um oásis para o sócio, onde haja alguém que o ouça, o compreenda e o encaminhe sempre que necessário.

Um primeiro passo para conseguir que assim seja foi dado com a criação de uma equipa médica para apoio aos sócios e familiares directos que inclui para já as especialidades de Clínica Geral, Psicologia Clínica e Psiquiatria. Porém esta equipa poderá ser aumentada se tal se vier a revelar desejável.

As consultas funcionam na sede haverá consultas na sede nos horários seguintes:

CLÍNICA GERAL — Médico: sócio dr. Fernando Brito (Terças-Feiras às 12 horas).

PSIQUIATRIA — Médico: dr. Gameiro (Quintas-Feiras às 12 horas).

PSICOLOGIA CLÍNICA — Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos (Na primeira Quinta-Feira do mês às 10 horas).

Estas consultas são gratuitas e destinam-se aos sócios e seus familiares directos. Marcações através do Departamento de Integração Social (DIS).

Além da consulta indicada, o psicólogo Valente dos Santos dará ainda apoio domiciliário a sócios ou familiares que não possam deslocar-se.

Estas consultas domiciliárias terão lugar nas terças Quintas-Feiras do mês.

O dr. Valente dos Santos está ainda à disposição dos sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém no seu consultório: Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c Esq., em Tomar.

O serviço agora criado irá sendo corrigido de acordo com os ensinamentos colhidos na prática.

Procurar-se-á ainda por outro lado que esta equipa médica recolha informações sobre problemas novos e eventuais reivindicações novas dos sócios para a acção futura da ADFA.

### TRANSPORTE PARA DEFICIENTE

Deficiente precisa transporte diário. Carro: S. Domingos de Benfica-Paço do Lumiar. Partilha gasolina. Telef. 78 44 29 — Após 19 h.

## Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão

# Uma experiência inédita de reabilitação profissional de deficientes

O Centro de Reabilitação Profissional do Alcoitão (CRP) vai relançar durante o primeiro trimestre de 1986 actividades de formação profissional de deficientes motores, prosseguindo um trabalho experimental que vinha já desenvolvendo na área da orientação profissional, segundo critérios inéditos no nosso País, que apontam para o atendimento integrado do deficiente pelos centros de emprego normais, reservando o atendimento segregado para os deficientes profundos, numa unidade vocacionada para a investigação.

A prazo, o CRP tem um projecto, já aprovado, que prevê a ampliação do seu lar, actualmente com capacidade para 47 pessoas do sexo masculino e 18 do sexo feminino, para um total de 150 utentes, novas instalações para a formação profissional, um pavilhão gimnodesportivo e um parque desportivo aberto, estando ainda prevista a construção de uma unidade de emprego protegido na área das próteses, ortéteses e meios auxiliares de locomoção, marcenaria e artesanato regional, com capacidade para 120 pessoas.

O director em exercício do Centro, dr. António Martins, deu-nos conta desses projectos e das novas metodologias que nele irão ser postas em prática.

O CRP dispõe de duas equipas técnicas, uma para orientação outra para formação profissional, que se auto-formaram através da análise do mundo do trabalho e da pesquisa dos problemas do deficiente.

Tendo concluído que as metodologias utilizadas até hoje na orientação e formação profissional estão desajustadas aos tempos, às pessoas e às tecnologias actuais, as duas equipas propuseram-se introduzir novos sistemas de orientação e formação profissional que melhor respondam às exigências do mundo do trabalho e às capacidades dos indivíduos que procuram integrar-se nele, quer sejam deficientes ou não.

Procura-se assim criar instrumentos técnicos que permitam o acesso à orientação e à formação profissional de todos os tipos de candidatos, em atendimento integrado, nos centros normais, ressaltados apenas os casos de deficiência profunda, da vocação deste Centro.

As metodologias estudadas no CRP assentam fundamentalmente na autonomia do indivíduo, e na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade das equipas.

Assim, o estagiário ou o deficiente é quem decide o que quer fazer, depois de pesquisar e ser posto em contacto com o mundo do trabalho.

Os membros das equipas técnicas mantêm-se em permanente pesquisa/acção e participam não como observadores ou conselheiros mas como facilitadores da escolha feita pelo utente.

Qualquer utente pode, por outro lado, retomar ou continuar o seu processo de formação depois de uma primeira saída para o mundo do trabalho, quando disso necessitar, directamente ou à distância.

### Orientar para o emprego

A orientação profissional demora em média um período de um mês. O estagiário faz um primeiro projecto quanto às

suas intenções profissionais, a partir do qual recebe informação sobre o mundo do trabalho em geral, através de meios biblio-audio e visitas de estudo e sobre os requisitos físicos, intelectuais e relacionais da profissão escolhida.

Se o candidato necessita, é encaminhado para um centro de formação, para a escola ou para entidades privadas.

Durante este processo, o estagiário participa em todas as reuniões dos técnicos.

No domínio da formação profissional, procura-se em primeiro lugar capitalizar os conhecimentos prévios do candidato. Assim um candidato melhor preparado poderá inserir-se no grupo mais tarde que outro com menos preparação de base.

O processo de formação profissional decorre depois segundo um sistema individualizado e modularizado com saídas directas para o emprego.

Pretende-se assim proporcionar uma formação com a maior intervenção possível do utente, capitalizando os seus saberes prévios em áreas ocupacionais onde possa encontrar saídas profissionais a vários níveis e continuar o seu processo de formação mesmo depois de abandonar o Centro.

Por ora, o Centro apenas poderá proporcionar formação profissional na área dos serviços administrativos, para o que dispõe de material moderno e tecnologias de ponta.

As áreas ocupacionais desde já possíveis são telefonista/recepcionista, dactilógrafo, escriturário comercial, escriturário de contabilidade, escriturário de tesouraria, escriturário de pessoal, secretário de direcção e fiel de armazém.

Com a ampliação do Centro estão previstas novas áreas: electricidade electrónica e informática, a partir de 1987.

Para a frequência do Centro são privilegiados os jovens, embora mantendo o atendimento aos restantes.

A canalização do can-

didato para o CRP é feita através dos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, estando também prevista a colaboração futura da Direcção Geral do Ensino Secundário.

A par das áreas de formação mencionadas funcionam ainda, «à moda antiga» oficinas de madeiras e metais, só para adaptação/readaptação ao trabalho, com serralharia, carpintaria, marcenaria, torneamento e freza.

Em 1984, durante o período experimental na área da orientação, frequentaram o centro 40 deficientes motores dos quais só dois não encontraram saída para o mercado de trabalho por limitações de idade.

Em 1985 esse número subiu para cerca do dobro.

### Meios humanos

No domínio dos meios humanos, a unidade de orientação profissional inclui um médico fisiatra, um fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional e um enfermeiro de reabilitação, um psicólogo de orientação profissional, um psicólogo clínico e um técnico de informação profissional, um técnico de serviço social, um técnico de emprego e dois monitores de formação profissional, sendo necessários mais dois que se aguardam.

A equipa de formação profissional é constituída por um psico-pedagogo, um médico do trabalho, um enfermeiro, um técnico de serviço social, um técnico de emprego e sete monitores de formação profissional, sendo necessários mais seis.

### A reabilitação profissional em Portugal

O dr. António José Martins fez para o ELO um breve historial da Reabilitação profissional no nosso País:

A reabilitação profissional começou nos anos 60 com a criação do Serviço de Reabilitação Profissional, na dependência do

Ministério das Corporações, que teve a sua primeira acção piloto nas Oficinas Protegidas da Venda Nova (actual Centro de Emprego Protegido).

Com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra em 1968, esse serviço foi extinto e a reabilitação profissional ficou na dependência de uma Divisão de Reabilitação.

Do antigo serviço de reabilitação profissional restaram apenas as oficinas de próteses da Venda Nova e o Centro de Avaliação e Readaptação ao Trabalho (CART) do Alcoitão, a funcionar desde 1969.

No tempo do SRP, uma equipa de técnicos deslocou-se a Inglaterra onde realizou um estágio no IRU (Industrial Rehabilitation Unit), de onde trouxe todos os meios técnicos para uma aplicação directa em Portugal.

Ora os IRU estavam vocacionados para servir deficientes de guerra que já tinham tido experiência profissional anterior, enquanto em Portugal 90 por cento, ou mais, dos deficientes eram candidatos ao primeiro emprego. Enquanto em Inglaterra se tratava de lhes proporcionar uma adaptação, em Portugal tratava-se de lhes dar uma formação a partir do zero.

Os IRU, de resto, acabaram em Inglaterra em 1970.

Assim, até 1973, o CART viveu procurando fazer uma aplicação empírica de metodologias de trabalho destinadas a habilitar o deficiente a inserir-se no mercado de trabalho, mas sem qualquer formação profissional, e ficou reduzido a um *ghetto* por falta de apoio quer dos serviços de emprego quer dos serviços de formação profissional.

A partir de 1973, e porque as metodologias de formação profissional utilizadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra não eram aplicáveis à maioria dos tipos de deficiência, procurou-se adaptar alguns programas, nomeadamente em alargamento de tempos e conteúdos para proporcionar aos defi-



Atendimento

cientes a possibilidade de concorrerem a emprego com maior preparação que os ditos normais.

Esta tentativa falha ao nível da obtenção de emprego: os deficientes formados pelo CART ganhavam os concursos públicos, mas as entidades empregadoras não desejavam preencher todo um sector laboral só com deficientes.

Em 1980 é criado o Instituto do Emprego e Formação Profissional e são regionalizados os serviços do extinto Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra, passando o Centro do Alcoitão, então designado Centro de Avaliação e Reabilitação profissional (CARP) a depender do Centro Coordenador de Lisboa desse Instituto.

Em 1981 foi nomeado um grupo de pessoas para fazer uma análise com vista à organização do Centro (entretanto denominado «de Reabilitação Profissional (CRP) o qual concluiu pela necessidade de viabilizar tecnicamente o Centro como única forma de o reactivar.

Assim em 1981, um grupo de três técnicos formula uma proposta de viabilização, um documento técnico-normativo orientado para três áreas: orientação e avaliação profissional, adaptação/readaptação ao trabalho e formação profissional, ao qual anexou um projecto de plano de formação/especialização inicial mínima das suas equipas técnicas.

Apontavam os autores desse trabalho entre os objectivos primários: a clarificação do conteúdo programático do CRP e a dotação das equipas técnicas com uma formação/especialização inicial mí-

nima e manuais de trabalho. Apontavam por outro lado uma segunda série de objectivos, a saber: contribuir para clarificar o que deveria ser a reabilitação profissional de deficientes motores a implantar noutros centros, contribuir para dotar as equipas do CRP do Alcoitão com bases que lhes permitissem participar mais tarde na formação de outras equipas, contribuir para clarificar o aprofundamento dos requisitos para preenchimento dos cargos das equipas de reabilitação profissional e contribuir para que se encontrasse um modelo relativo à capacidade técnica das equipas de reabilitação e emprego de deficientes.

Durante o ano de 1982 procedeu-se à selecção e formação das equipas: uma de avaliação e orientação, outra de formação profissional, e foram elaborados os programas.

Essa formação decorreu entre Abril e Dezembro de 1983 e culminou, para além do previsto, num processo de auto-formação dessas equipas, que vieram a criar novas metodologias e técnicos-normativos (metodologias escritas) adequados.

Em Março de 1984, o CRP começou a fazer atendimento à população de deficientes motores, num período experimental da metodologia da unidade de Orientação Profissional.

A equipa de formação profissional, por implicações metodológicas foi continuando a sua formação, a par da recolha de elementos para programação, e vai iniciar o atendimento à população deficiente motora durante o primeiro trimestre de 1986.

## Cartão de DFA

A Portaria 884/85 de 21 de Novembro estabelece que «aos DFA com deficiência inferior a 60 por cento é atribuído o cartão modelo A».

É assim reparado o lapso contido na Portaria 815/85 de 28 de Outubro, que havia motivado o

protesto da ADFA, por excluir os deficientes das Forças Armadas com menos de 30 por cento de desvalorização, contrariando o estabelecido pelo Dec-Lei 43/76, como no número anterior do ELO amplamente noticiámos.

Uma cadeira de rodas electrónica, comandada pela voz, foi, pela primeira vez, apresentada na REHA 85 em Düsseldorf. Está concebida especialmente para tetraplégicos. Através de um microfone de laringe, a cadeira obedece, comandada pelo computador, a ordens faladas, como «adiante», «atrás», «direito», «esquerdo» e «stop», sem que o utente tenha que mexer um dedo



Dusseldorf

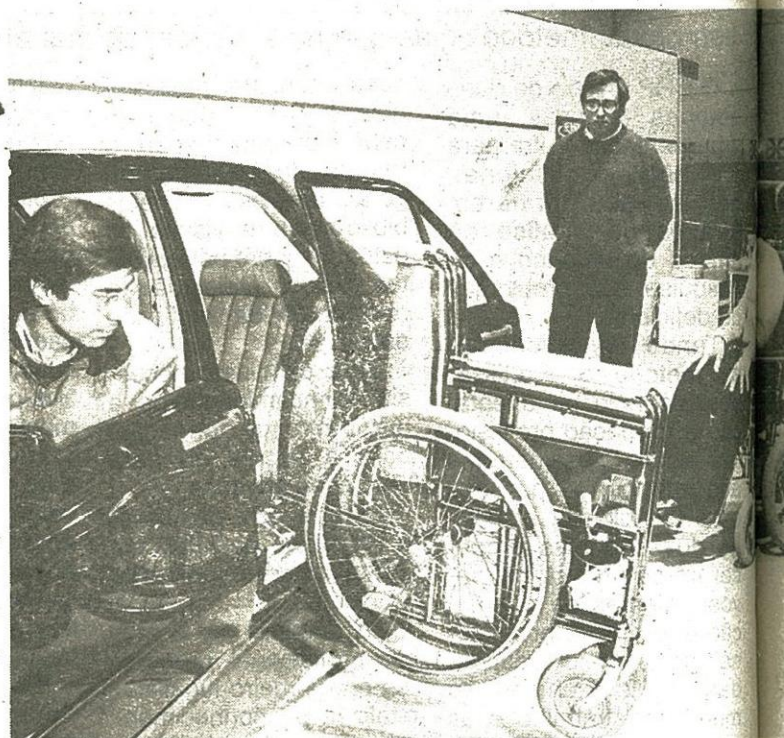
# Feira Internacional de

A Feira Internacional de Reabilitação, REHA 85, realizada em Düsseldorf acolheu cerca de 18 000 visitantes que foram atraídos por um moderno se produz em todo o mundo neste domínio. -se uma empresa portuguesa, com dois inventores, a entrada de deficientes em cadeira de rodas em aviação. um dispositivo para a transmissão de sinais sonoros. A próxima REHA está já marcada para 23 de Setembro de 1986. Eis alguns dados sobre este certame e algumas das novidades deste ano.



Vista geral de um pavilhão de exposição

Um automóvel adaptado, através da porta deslizante com mecanismo automático para arrumação e colocação da cadeira de rodas do condutor deficiente



## Conselho e Assembleia G

A 18.ª Assembleia Geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, realizada em Roterdão de 18 a 22 Novembro de 1985, confirmou que os 35 anos de existência da organização não esgotaram as suas potencialidades. Pelo contrário a audiência e a atenção prestada às tomadas de posição da FMAC são cada vez maiores. Os delegados de 38 países presentes nes-

ta Assembleia Geral, num total de cerca de 400 pessoas, bem como os observadores, representantes de organizações internacionais e personalidades das mais diversas proveniências atestam, de forma inequívoca este facto.

A presença da Rainha Beatriz e do ministro da Defesa holandês, assim como do Corpo Diplomático acreditado na Holanda, na ses-

são solene de abertura, e ainda na recepção oferecida pelo Comité Nacional para a Comemoração da Libertação, vêm também dar ênfase ao juízo de valor atrás mencionado, ou seja, o prestígio crescente da FMAC.

De salientar também, dada a sua importância, a participação nos trabalhos desta 18.ª Assembleia Geral de altos representantes de conceituadas organizações internacionais, que passamos a enumerar:

— O adjunto do Secretário-Geral da ONU, Sr. Wahid Tarzi, Director-Geral da ONU em Genebra e Presidente das Comemorações do 40.º aniversário.

— Comité Internacional da Cruz Vermelha, na pessoa do seu Vice-Presidente, Sr. Maurice Aybert, e ainda Sr.ª Françoise Kill e Sr. C. Sulinarski.

— Liga das Sociedades da Cruz Vermelha representada pelo Dr. S. W. A. Gunn.

— Fundação Internacional para a Conciliação, Sr. Michael J. Dallis.

— Sociedade Internacional para as Próteses e Ortóteses: Prof. Ernst Marquardt, Presidente, e Sr. Norman Jacobs, Secretário Honorário.

— Alto Comissariado para os Refugiados, ONU, Sr. Robert Van Leeuwen.

— Unicef; entre outros.

A participação da Sr.ª Jacelyn Mc Gin, Vice-Presidente do Comité de Repatriação do Departamento dos Assuntos de Veteranos da Austrália, que fez uma comunicação, bem como a presença do Sr. Yoshihisa Mizoguchi, director da 2.ª Divisão do Gabinete de Pen-

sões de Tokyo, também reflectem o interesse que muitos governos manifestam pelo trabalho e experiência da FMAC ao longo dos seus 35 anos de existência.

A composição das delegações, onde poderemos encontrar figuras destacadas como vários deputados, ex-ministros, generais, vem corroborar igualmente o acima exposto.

### Intervenção da ADFA

Dos trabalhos propriamente ditos, destacamos a discussão interna dos projectos de resolução ao nível das Comissões. Neste capítulo, e no que diz respeito à representação portuguesa, constata-se a necessidade de a mesma integrar mais um elemento, de forma a poder cobrir eficazmente o desenrolar das discussões nas várias Comissões.

As nossas intervenções incidiram sobre os projectos de resolução seguintes:

— Participação de Antigos Militares.

— Situação das Esposas dos Grandes Inválidos de Guerra.

— Problemas dos Antigos Combatentes Idosos.

Em virtude da delegação ser composta apenas por um elemento, não foi possível intervir na discussão do projecto de resolução «Para a realização do Programa de Acção Mundial a favor dos Deficientes», que fazia parte da ordem de trabalhos.

É evidente que grande parte dos projectos de resolução apresentados e discutidos tem interesse para a ADFA, sendo de realçar o documento «Orientação e

Actividades Futuras da FMAC», também amplamente analisado e no qual irão constar, como resultado directo desta Assembleia Geral, os seguintes pontos:

— Troca de informações médico-sociais.

— Cooperação com o ISPO (Sociedade Internacional de Próteses e Ortóteses).

— Cuidados a prestar aos antigos militares.

— Preparação da 5.ª Conferência de Direito-Comparado Europeu.

— Problemas dos antigos combatentes e vítimas de guerra não englobados por qualquer legislação.

No entanto, é fora do âmbito dos trabalhos que se estabelecem contactos, que nos permitem conhecer as realidades dos outros países e formar uma visão global sobre diversas áreas como a reabilitação, assistência médica, indemnizações, etc., que muito nos poderão auxiliar na tentativa de equacionar e solucionar os nossos próprios problemas.

A participação da ADFA nas actividades da FMAC tem sido muito vantajosa, pois dela tem resultado a obtenção de conhecimentos e informações de grande utilidade prática para a nossa associação e, de um modo geral, para todos os deficientes portugueses.

Por outro lado, começamos a ser considerados como organização válida, capaz de trazer um contributo positivo à Federação, mesmo a nível internacional. Assim, na última reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE), realizada em Lisboa no pas-

sado mês de Fevereiro, fomos indigitados para apresentar a CPAE na próxima reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAA). Durante os trabalhos desta 18.ª Assembleia Geral fomos convidados a participar no Símposium intitulado «Os Antigos Combatentes e o Direito Internacional Humanitário», Hoje e Amanhã, organizado pela Federação Mundial de Antigos Combatentes em cooperação com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (C. I. C. R.) e a Cruz Vermelha Norueguesa, em Oslo, de 16 a 22 Março de 1986.

Ainda no que concerne aos contactos valiosos que se proporcionam, quer na realização deste tipo de reuniões, o nosso representante teve oportunidade de conhecer o Presidente da Comissão Honorária da Sociedade Internacional de Próteses e Ortóteses (ISPO), respectivamente o Prof. Marquardt e Sr. Normen Jacobs. Este contacto levou-nos a convidar a participar no 5.º Congresso Mundial da ISPO, que decorrerá em Copenhaga, de 29 de Junho a 4 de Julho de 1986, o qual se reveste de grande importância para os especialistas de reabilitação, dado o prestígio desta organização que o promoveu ao alto nível dos participantes. É de lamentar que Portugal não tenha representação nesta organização.

A convite do Presidente do BNMO, Sr. Kingma, o nosso representante participou num encontro com a delegação indonésia, Sr. e Sr.ª Ekahar, Vice-Presidente para as relações exte-

## Direcção recebida pelo Secretário-Geral da Cruz Vermelha

A Direcção Central da ADFA foi recebida no dia 30 de Novembro pelo secretário-geral da Cruz Vermelha Portuguesa, com a finalidade de debater o problema da necessidade de afectação à ADFA do terreno onde deverá ser construído o Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional do Porto e onde actualmente funciona o C.O.M.O., dado que esse terreno está actualmente afectado à CVP.

Os elementos da Direcção tiveram oportunidade de informar o secretário-geral da Cruz Vermelha Portuguesa da natureza nacional do projecto e da necessidade premente de o concretizar num momento em que estão reunidas todas as demais condições para o tornar realidade, com a celebração, em Setembro último, do acordo com o Instituto do Emprego e Formação

Profissional para a sua construção e financiamento.

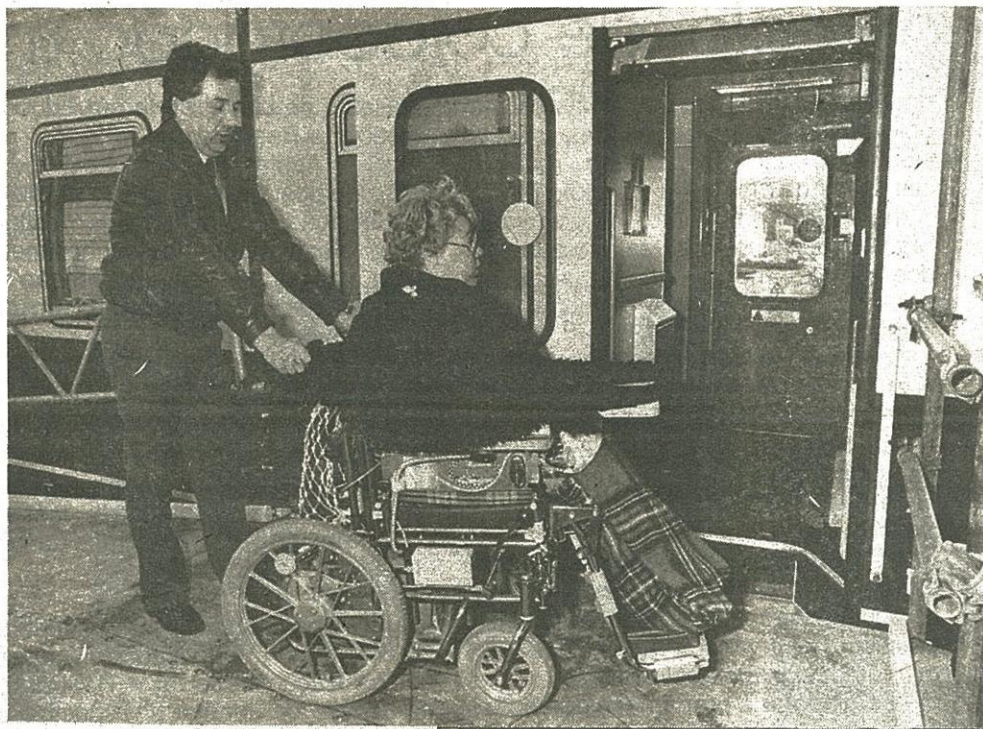
O secretário-geral da Cruz Vermelha Portuguesa mostrou-se disponível para se encontrar uma solução a curto prazo.

Perante esta disponibilidade, a ADFA solicitou já ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional uma audiência para em conjunto se estudar o problema (ver notícia noutra local).

# Reabilitação

ada em final de Novembro em  
m ocasião de ver o que de mais  
re os expositores encontrava-  
piguesses: um elevador para a  
espaços ou varandas de casas e  
no destinado a surdos totais.  
a de Setembro de 1987.  
iações apresentadas na edição

(Continua na pag. 8)



Apresentados na REHA 85:  
As novas carruagens dos  
comboios «Intercity» dos  
caminhos de ferro alemães,  
adaptadas aos deficientes



Com este «ciclo-rischka», Peter Messerschmidt ga-  
nhou na REHA 85 o prémio «técnica suave»



## Atividades da FMAC em Roterdão

o, da Legião Indonésia e sua  
reprezosa, deputada do Parla-  
mento da Indonésia. Mais  
Pe tarde trocou também im-  
pressões com o Tenente-  
General D. Ashari. Foram  
expostos alguns pontos de  
vista mútuos sobre o territó-  
rio de Timor Leste.

### Visita a Centro de repouso

Também importante, pe-  
os ensinamentos recolhi-  
dos, foi a visita ao «Centro  
de After-Care» da BNMO  
(Associação de Deficientes  
Militares Holandeses). Este  
centro, inaugurado em Maio  
de 1984 pela Rainha Beatri-  
z, insere-se numa ampla  
área verde de uma zona de  
campo extremamente agra-  
dável e dispõe de 26 aparta-  
mentos adaptados e 50  
quartos duplos, onde são  
recebidos cerca de 2000 de-  
ficientes militares por ano.  
A concepção deste centro  
baseia-se no modelo adop-  
tado pela Finlândia há al-  
guns anos atrás, mas com  
algumas modificações que o  
tornam verdadeiramente  
inovador.

O conceito que preconiza  
os deficientes de guerra  
e não só, se mantenham  
seio da família, sem o  
curso a internamentos  
longos, é defendido desde  
muito pela generalidade  
dos países europeus. Nesta  
ótica, é aconselhada a per-  
manência dos deficientes  
por períodos curtos, 2-3 se-  
manas/ano, nestes centros,  
na maioria das associações  
militares possuem os seus  
próprios Centros de Repou-  
so, onde são submetidos a  
exames médicos e trata-  
mentos de fisioterapia. Este  
processo tem evitado inter-  
venções prematuras e

poupado bastantes recursos  
aos países que o adotaram.

No caso específico do  
Centro da BNMO este con-  
ceito vai mais longe e dá  
uma ênfase particular ao  
bem-estar psíquico e social  
do deficiente, como factor  
imprescindível a uma perfei-  
ta integração social e am-  
biental. Os cuidados que  
presta ultrapassam o cmo-  
pago físico, tentando detectar  
através de equipas de psicó-  
logos, assistentes sociais, er-  
goterapeutas, cinésicoterape-  
utas, etc., as necessida-  
des do deficiente a todos os  
níveis e anular, assim, as  
causas conducentes a distú-  
rbios vários como «stress»  
post-traumático, medos, ansie-  
dades, sentimentos de culpabi-  
lidade, insónias, perda de en-  
ergia, etc. Nestas medidas in-  
serem-se ainda a resolução de  
problemas legislativos, pro-  
cura de emprego, habita-  
ção, etc.

Aproveitando a experiên-  
cia finlandesa, a Holanda  
ensaia, através da BNMO,  
uma nova fase na recupera-  
ção e reintegração social  
dos seus deficientes milita-  
res, que é digna de todos os  
louvores.

Estes terão sido alguns  
dos aspectos mais relevan-  
tes a extrair da 18.ª Assem-  
bleia Geral da FMAC, que  
certamente nos terá forneci-  
do outros elementos de re-  
flexão que irão, sem dúvida,  
revelar-se de grande utilida-  
de para o futuro da nossa  
associação e para os defi-  
cientes portugueses em  
geral.

### Relatório do Secretário-Geral

Nas conclusões do relató-  
rio do Secretário-Geral é re-

ferido o crescimento inces-  
sante da audiência às activi-  
dades e tomadas de posi-  
ção da FMAC, por parte das  
Organizações Governamen-  
tais, bem como pela Comu-  
nidade Internacional Inter-  
governamental.

Nota-se com satisfação a  
participação e empenho  
crescentes nas suas activi-  
dades de um número cada  
vez maior de associações  
membro, nomeadamente no  
domínio do pagamento das  
quotizações e nas activida-  
des das Comissões Regio-  
nais Permanentes.

O desenvolvimento do  
conjunto destas actividades,  
que correspondem clara-  
mente à vocação da FMAC  
e às preocupações das as-  
sociações membro expres-  
sas durante as reuniões es-  
tatutárias, cria uma sobre-  
carga de trabalho e acentua  
as dificuldades financeiras  
de forma preocupante. Por  
outro lado, é encorajante  
constatar que as asso-  
ciações membro estão  
conscientes e parecem deter-  
minadas a empreender  
esforços para solucionar as  
referidas dificuldades. É de  
esperar que seja possível ul-  
trapassá-las rapidamente; a  
fim de que a FMAC possa  
assumir plenamente o papel  
que se espera dela, parti-  
cularmente na actual situa-  
ção internacional.

### Acessibilidade de transportes

Foram salientados os re-  
sultados obtidos em França  
pelo grupo de trabalho so-  
bre acessibilidade de de-  
transportes para grandes  
deficientes; este grupo é

presidido pelo Secretário  
Geral, com participação e  
colaboração do governo  
francês, e de transportado-  
ras aéreas e ferroviárias.

A União Europeia de Ca-  
minhos de Ferro determinou  
que todo o material circulan-  
te a construir para os cam-  
inhos de ferro tenha con-  
dições para circulação de  
cadeiras de rodas, nomea-  
damente nos corredores e  
W.C. Em breve, esta deter-  
minação entrará em vigor na  
Europa e nos Estados  
Unidos.

As transportadoras aé-  
reas francesas estão tam-  
bém a fazer modificações  
nos seus aviões, de forma a  
permitir o fácil acesso a  
grandes deficientes.

### Próxima A. Geral na Austrália

No Conselho Geral foi  
ainda aceite o convite das  
associações australianas  
para a realização da 19.ª  
Assembleia Geral na Aus-  
trália, de 22 a 28 de Abril de  
1988, se o governo austra-  
liano conseguir obter redu-  
ção significativas das tarifas  
nas viagens para todos os  
participantes.

Foi também aceite o con-  
vite das associações britâ-  
nicas para a realização do 44.º  
Conselho Geral em Lon-  
dres, em 1987.

Paralelamente a este  
Conselho Geral realizar-se-  
á também uma conferência  
sobre legislação compara-  
da, em que se sugere a  
participação conjunta das  
associações dos vários pa-  
íses e representantes dos  
respectivos governos, de

forma a dar maior eficácia  
aos trabalhos.

### Telegrama a Reagan e Gorbatchov

O membro do Concelho  
do Luxemburgo propôs o  
envio de um telegrama ao  
Presidente Ronald Reagan  
e ao Secretário Geral Mik-  
hail. Gorbatchov, reunidos  
em Genebra.

Foi aprovada esta suges-

tão e enviado o seguinte  
texto:

«Representantes de vinte  
milhões de antigos comba-  
tentes e vítimas da guerra  
de 52 países na Federação  
Mundial de Antigos Comba-  
tentes pedem-vos insisten-  
tamente chegar acordo so-  
bre redução de armas nu-  
cleares e convencionais e  
sobre medidas para o des-  
armamento e favorecer assim  
a paz».

## Uma iniciativa FMAC/CICV/CVN ADFA vai participar em Simpósio sobre Direito Humanitário

A ADFA foi convidada a participar num  
simpósio subordinado ao tema «Os Antigos  
Combatentes e o Direito Humanitário — On-  
tem, Hoje e Amanhã», organizado pela  
FMAC em colaboração com o Comité Inter-  
nacional da Cruz Vermelha e a Cruz Verme-  
lha Norueguesa.

Este convite honra-nos particularmente  
dado que muitos outros países não terão  
possibilidade de estar presentes nesta reu-  
nião por o número de participantes ser rigoro-  
samente limitado a um máximo de seis  
dezenas.

Mais honroso é ainda este convite por-  
quanto, tendo o nosso representante afirma-  
do que possivelmente não poderíamos cor-  
responder como desejaríamos dado o eleva-  
do custo da viagem, prontamente se manifes-  
tou a disponibilidade dos organizadores para  
subsidiar essa deslocação.

# Internacional de Reabilitação

A Feira Internacional de Reabilitação, REHA 85, realizada em final de Novembro em Dusseldorf acolheu cerca de 18000 visitantes que tiveram ocasião de ver o que de mais moderno se produz em todo o mundo neste domínio. Entre os expositores encontrava-se uma empresa portuguesa, com dois inventos portugueses: um elevador para a entrada de deficientes em cadeira de rodas em aviões, terraços ou varandas de casas e um dispositivo para a transmissão de sinais sonoros destinado a surdos totais.

A próxima REHA está já marcada para 23 a 28 de Setembro de 1987.

Eis alguns dados sobre este certame e algumas das inovações apresentadas na edição deste ano.

(Continua na pag. 8)



Com este «ciclo-rischka», Peter Messerschmidt ganhou na REHA 85 o prémio «técnica suave»

## o e Assembleia Gerais da FMAC em Roterdão

também re-  
se que mui-  
manifestam  
experiência  
ngo dos seus  
tência.

### ção FA

os propria-  
estacamos a  
na dos pro-  
ção ao nível  
Neste capí-  
diz respeito à  
portuguesa,  
necessidade  
ntegrar mais  
de forma a  
ficazmente o  
s discussões  
missões.

intervenções  
os projectos  
eguintes:

ção de Anti-  
das Esposas  
Inválidos de

s dos Antigos  
dos.

a delegação  
apenas por  
não foi possí-  
discussão do  
olução «Para  
do Programa  
ndial a favor  
s1», que fazia  
m de traba-

que grande  
ctos de reso-  
ados e discu-  
esse para a  
de realçar o  
Orientação e

Actividades Futuras da FMAC», também amplamente analisado e no qual irão constar, como resultado directo desta Assembleia Geral, os seguintes pontos:

— Troca de informações médico-sociais.

— Cooperação com o ISPO (Sociedade Internacional de Próteses e Ortóteses).

— Cuidados a prestar aos antigos militares.

— Preparação da 5.ª Conferência de Direito-Comparado Europeu.

— Problemas dos antigos combatentes e vítimas de guerra não englobados por qualquer legislação.

No entanto, é fora do âmbito dos trabalhos que se estabelecem contactos, que nos permitem conhecer as realidades dos outros países e formar uma visão global sobre diversas áreas como a reabilitação, assistência médica, indemnizações, etc., que muito nos poderão auxiliar na tentativa de equacionar e solucionar os nossos próprios problemas.

A participação da ADFA nas actividades da FMAC tem sido muito vantajosa, pois dela tem resultado a obtenção de conhecimentos e informações de grande utilidade prática para a nossa associação e, de um modo geral, para todos os deficientes portugueses.

Por outro lado, começamos a ser considerados como organização válida, capaz de trazer um contributo positivo à Federação, mesmo a nível internacional. Assim, na última reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE), realizada em Lisboa no pas-

sado mês de Fevereiro, fomos indigitados para representar a CPAE na próxima reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAA). Durante o trabalho desta 18.ª Assembleia Geral fomos convidados a participar no Simposium intitulado «Os Antigos Combatentes e o Direito Humanitário Internacional, Ontem, Hoje e Amanhã», organizado pela Federação Mundial de Antigos Combatentes em cooperação com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (C. I. C. A.), Cruz Vermelha Norueguesa, em Oslo, de 16 a 20 de Março de 1986.

Ainda no que concerne aos contactos valiosos que se proporcionam, quando da realização deste tipo de reuniões, o nosso representante teve oportunidade de conhecer o Presidente e Secretário Honorário da Sociedade Internacional de Próteses e Ortóteses (ISPO), respectivamente o Prof. Ernst Marquardt e Sr. Normen Jacobs. Este contacto levou a que fôssemos convidados a participar no 5.º Congresso Mundial da ISPO, que irá decorrer em Copenhaga de 29 de Junho a 4 de Julho de 1986, o qual se reveste de grande importância para os especialistas de reabilitação, dado o prestígio da organização que o promove e o alto nível dos participantes. É de lamentar que Portugal não tenha representação nesta organização.

A convite do Presidente do BNMO, Sr. Kingma, o nosso representante teve um encontro com a delegação indonésia, Sr. e Sr.ª Soekahar, Vice-Presidente para as relações externas

da Legião Indonésia e sua esposa, deputada do Parlamento da Indonésia. Mais tarde trocou também impressões com o Tenente-General D. Ashari. Foram expostos alguns pontos de vista mútuos sobre o território de Timor Leste.

### Visita a Centro de repouso

Também importante, pelos ensinamentos recolhidos, foi a visita ao «Centro de After-Care» da BNMO (Associação de Deficientes Militares Holandeses). Este centro, inaugurado em Maio de 1984 pela Rainha Beatrix, insere-se numa ampla área verde de uma zona de campo extremamente agradável e dispõe de 26 apartamentos adaptados e 50 quartos duplos, onde são recebidos cerca de 2000 deficientes militares por ano.

A concepção deste centro baseia-se no modelo adoptado pela Finlândia há alguns anos atrás, mas com algumas modificações que o tornam verdadeiramente inovador.

O conceito que preconiza que os deficientes de guerra, e não só, se mantenham no seio da família, sem o recurso a internamentos longos, é defendido desde há muito pela generalidade dos países europeus. Nesta óptica, é aconselhada a permanência dos deficientes por períodos curtos, 2-3 semanas/ano, nestes centros, e a maioria das associações militares possuem os seus próprios Centros de Repouso, onde são submetidos a exames médicos e tratamentos de fisioterapia. Este processo tem evitado internamentos prematuros e

poupado bastantes recursos aos países que o adotaram.

No caso específico do Centro da BNMO este conceito vai mais longe e dá uma ênfase particular ao bem-estar psíquico e social do deficiente, como factor imprescindível a uma perfeita integração social e ambiental. Os cuidados que presta ultrapassam o campo físico, tentando detectar através de equipas de psicólogos, assistentes sociais, ergoterapeutas, cinésicoterapeutas, etc., as necessidades do deficiente a todos os níveis e anular, assim, as causas conducentes a distúrbios vários como «stress» post-traumático, medos, ansiedades, sentimentos de culpabilidade, insónias, perda de energia, etc. Nestas medidas inserem-se ainda a resolução de problemas legislativos, procura de emprego, habitação, etc.

Aproveitando a experiência finlandesa, a Holanda ensaia, através da BNMO, uma nova fase na recuperação e reintegração social dos seus deficientes militares, que é digna de todos os louvores.

Estes terão sido alguns dos aspectos mais relevantes a extrair da 18.ª Assembleia Geral da FMAC, que certamente nos terá fornecido outros elementos de reflexão que irão, sem dúvida, revelar-se de grande utilidade para o futuro da nossa associação e para os deficientes portugueses em geral.

### Relatório do Secretário-Geral

Nas conclusões do relatório do Secretário-Geral é re-

ferido o crescimento inces-  
sante da audiência às activi-  
dades e tomadas de posi-  
ção da FMAC, por parte das  
Organizações Governamen-  
tais, bem como pela Comu-  
nidade Internacional Inter-  
governamental.

Nota-se com satisfação a participação e empenho crescentes nas suas actividades de um número cada vez maior de associações membro, nomeadamente no domínio do pagamento das quotas e nas actividades das Comissões Regionais Permanentes.

O desenvolvimento do conjunto destas actividades, que correspondem claramente à vocação da FMAC e às preocupações das associações membro expressas durante as reuniões estatutárias, cria uma sobrecarga de trabalho e acentua as dificuldades financeiras de forma preocupante. Por outro lado, é encorajante constatar que as associações membro estão conscientes e parecem determinadas a empreender esforços para solucionar as referidas dificuldades. É de esperar que seja possível ultrapassá-las rapidamente; a fim de que a FMAC possa assumir plenamente o papel que se espera dela, particularmente na actual situação internacional.

### Accesibilidade de transportes

Foram salientados os resultados obtidos em França pelo grupo de trabalho sobre acessibilidade de transportes para grandes deficientes; este grupo é



# SNR celebra Protocolo de colaboração mútua com o ISEF

**A Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Educação Física, e o Secretariado Nacional de Reabilitação celebraram no dia 9 de Dezembro um Protocolo de Cooperação em matéria de Informação, Formação e Estudos e Projectos de Investigação, susceptível de ser alargado, no futuro, a outras áreas.**

Estiveram presentes à assinatura além dos signatários, o secretário Nacional de Reabilitação e o Presidente do Conselho Científico do ISEF, os dois vive-reitores da Universidade Técnica de Lisboa, tendo um deles ratificado desde logo o Protocolo, expressando assim a vontade da Universidade de ter em conta o cidadão deficiente na programação e exercício das suas actividades aproveitando e adaptando as suas potencialidades em consonância com as necessidades da Comunidade

## Informação

Nos termos do Protocolo, compete ao SNR cooperar com o ISEF no domínio da Informação da seguinte forma:

- a) — Facultar o acesso à documentação produzida por organizações internacionais.
- b) — Fornecer, para divulgação aos docentes e estudantes da área de Educação Especial e Reabilitação, a documentação de carácter nacional.
- c) — Informar ao programa de activi-

dades, bem como as iniciativas da responsabilidade de organizações internacionais (Congressos, cursos, reuniões científicas ou visitas de estudo).

d) — Definir os pontos da política de reabilitação de deficientes, em qualquer dos sectores mencionados, que devem ser objecto de consulta técnica à Universidade, através do ISEF.

Compete, por outro lado, ao ISEF:

a) — Facultar ao SNR a documentação produzida pelos docentes de Educação Especial e Reabilitação ou das Ciências Básicas que directa ou indirectamente diga respeito a Reabilitação de Deficientes.

b) — Informar a realização de actividades de extensão universitária, em particular, cursos, seminários ou congressos, reservando vagas para elementos designados pelo SNR.

c) — Colaborar a preparação de acções de divulgação, nomeadamente, da respectiva documentação técnica, da iniciativa do SNR.

d) — Assegurar os pareceres técnicos solicitados pelo SNR.

## Formação

Neste domínio, compete ao SNR:

a) — Definir a política de formação de quadros, articulando com o ISEF os programas que justifiquem a intervenção dos docentes de Educação Especial e Reabilitação, assim como os meios de carácter pedagógico-terapêutico ou laboratorial existentes na Universidade.

b) — Colaborar com o ISEF na definição do estágio profissionalizante

do Ramo de Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação.

c) — Apoiar o lançamento de um curso de post-graduação (Mestrado) em Reabilitação, prioritariamente destinado ao aprofundamento dos conhecimentos e da capacidade de intervenção dos técnicos que exerçam funções em todas as zonas do País.

d) — Procurar obter apoios no âmbito dos mecanismos de relações internacionais para a realização de estágios de formação especializada por docentes do ISEF, assim como para a realização de trabalhos conducentes a teses de doutoramento versando temas de reabilitação de Deficientes.

Compete ao ISEF:

a) — Considerar as recomendações do SNR para a formação do Licenciado em Educação Especial e Reabilitação, no sentido de adaptar o respectivo currículo às necessidades nacionais.

b) — Organizar em colaboração com o SNR o estágio profissionalizante do Licenciado em Educação Especial e Reabilitação, de forma a integrá-lo no seu futuro meio profissional.

c) — Organizar um curso de post-graduação (Mestrado) em Reabilitação de Deficientes.

d) — Preparar conjuntamente com o SNR um programa de formação hierarquizada de técnicos, contribuindo para a sua concretização.

## Estudos e Programas de Investigação

Compete ao SNR:

a) — Informar periodicamente o ISEF

das conclusões de análises, propostas ou outros elementos disponíveis no sentido de serem apuradas as vias de estudo adequadas às necessidades sociais no campo da Reabilitação de Deficientes.

b) — Informar os resultados de trabalhos de investigação bem como experiências práticas no campo da EER.

c) — Apoiar as acções que permitam desenvolver de forma actualizada o estudo socio-etológico, consultoria, intervenção directa e laboratorial.

d) — Definir as áreas e diligenciar a obtenção dos meios para a realização de projectos de investigação de âmbito nacional, regional ou local.

e) — Procurar obter apoios de âmbito internacional que permitam a inclusão de equipas de especialistas portugueses, de constituição mista, com técnicos do SNR e Professores do ISEF, em projectos de cooperação internacional.

Compete ao ISEF:

a) — Incluir os temas considerados prioritários para a evolução de problemas nacionais nos programas de Seminários, de trabalhos de projecto, de pesquisas integradas em provas académicas (Mestrado e Doutoramento) ou outros estudos de âmbito colectivo ou individual dos seus docentes.

b) — Realizar estudos e projectos de investigação em colaboração com as estruturas do SNR, quer sobre temas de interesse nacional, quer no âmbito de linhas de pesquisa internacional.

## Feira de Dusseldorf

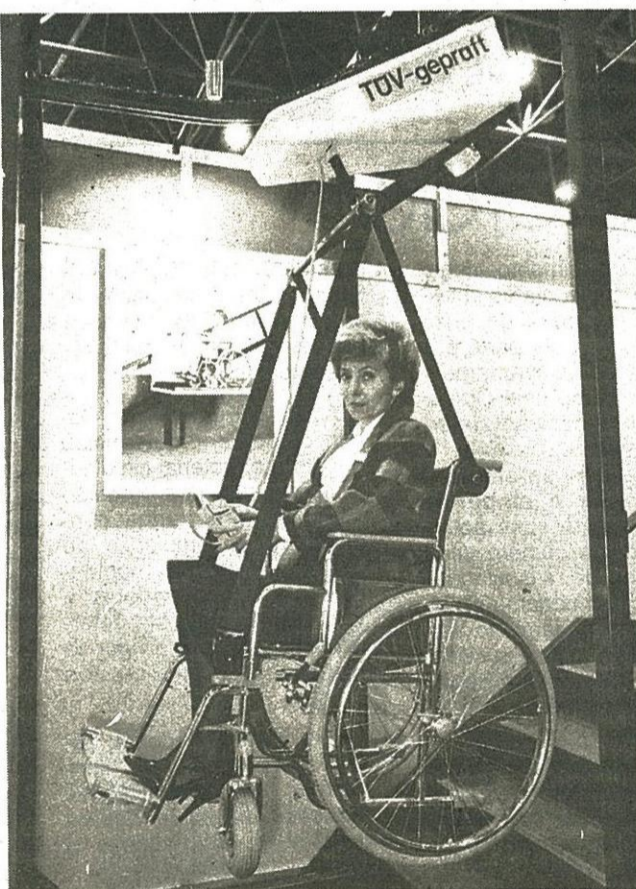
(Continuação das centrais)

Na R. F. Alemanha, 6,6 milhões de cidadãos, ou seja 11,3 por cento da população são deficientes. 5,6 milhões com grande deficiência. Uma grande parte deles trabalha. Podiam ser mais, se todos os meios disponíveis na R. F. Alemanha fossem aplicados a tempo. Demonstrar a variedade e a eficácia dos modernos meios de auxílio para deficientes foi objectivo da REHA 85, na qual estiveram presentes 195 expositores, provenientes de 13 países, que, numa área de 5700 m<sup>2</sup>, apresentaram desde o brinquedo pedagógico até ao lugar de trabalho de computador adaptado ao deficiente. Todas as associações patrocinadoras importantes e as repartições governamentais da R. F. Alemanha continuarão a estar ao dispor dos visitantes com informações e conselhos. Entre essas encontram-se organizações importantes como, por exemplo, o grémio federal de reabilitação, os grémios essenciais as caixas de previdência, seguros de velhice e caixas sociais. Também se apresentaram as associações de apoio particular, com os seus serviços específicos para deficientes, prestando esclarecimento. A importância da auto-ajuda será tornada evidente pelas iniciativas dos deficientes. Oitenta diferentes grupos de auto-ajuda apresentaram-se ao lado das grandes associações de deficientes, tais como a BAG «Auxílio para Deficientes», Vdk e a Reichsbund.

Um fórum colorido com um programa contínuo e variado apresentou capacidades nas áreas artísticas, artesanais e intelectuais das organizações de auto-ajuda. Informação e divertimen-

to, discussão e participação viva foram a base para o programa de quatro dias.

A proposta da REHA 85 foi complementada pelo centro de desportos, no qual foi apresentado o desporto dos deficientes como meio para a sua autonomia. Foi dado a oportunidade a todos os visitantes da REHA 85 de se informarem junto de ajudantes e professores formados nos objectivos e possibilidade do desporto de reabilitação. Nos quatro dias de feira, foram demonstradas, também as possibilidades de desporto nos sectores desde há pouco tempo abertos aos deficientes. Isso disse respeito aos grupos de desportistas coronários ou asmáticos, entre outros. Além das demonstrações houve um stand para informações, demonstrações vídeo, bem como uma exposição de aparelhos desportivos.



## Concurso

A Fundação Calouste Gulbenkian colocou à disposição da ADFA mais um subsídio de 300 000\$00, para distribuir pelos grandes deficientes motores, e que se destinam à compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria.

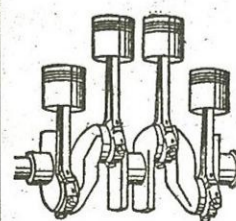
Os sócios interessados, e que estejam abrangidos pelas normas do concurso, deverão candidatar-se até ao próximo dia 31 de Janeiro, dirigindo-se directamente à sede ou delegação a que pertencem.

Podem habilitar-se a este subsídio os sócios que tenham 60 por cento ou mais de incapacidade e cuja deficiência justifique a necessidade permanente da utilização de viatura própria ou cadeira de rodas ou ainda triciclo motorizado.

Os sócios que se candidatarem terão de preencher um inquérito, na sequência do qual será determinado se beneficiarão ou não do subsídio, bem como o respectivo montante.

Não podem candidatar-se os sócios com incapacidade igual ou superior a 90 por cento que tenham usufruído deste subsídio há menos de 5 anos, estando fixado um período de 10 anos para os restantes.

**O Serviço de Assistência Social**



**FIMAR AUTO**  
PEÇAS E ACESSÓRIOS  
PARA AUTOMÓVEIS

DESCONTOS ESPECIAIS  
AOS SÓCIOS DA ADFA



TELF. 76 51 60/8 - 73 13 69

R. DAVID DE SOUSA, 13-C E 13-D — 1000 LISBOA

# Festa de Natal na Sede

A Festa de Natal da Sede da ADFA que se realizou no passado dia 14 de Dezembro, contou com a presença de mais de 300 crianças e ainda maior número de adultos.

Como oportunamente foi anunciado não foram distribuídas prendas, pois o orçamento da nossa Associação não permite que se ultrapassem as rubricas previstas, até porque há outras despesas obrigatórias e indispensáveis.

Às crianças foi distribuído um pequeno lan-

che e o habitual balão que nesta quadra sempre anima os mais pequenos.

O longo e variado espectáculo contou com a colaboração de bons artistas, profissionais e amadores, que connosco quiseram colaborar e o já habitual Pai Natal.

Assim, pelas 15 horas, o Ventríloquo Nérito foi o

primeiro artista em palco, sucedendo-se, como era de esperar algumas gargalhadas.

O sócio Garcia com o

nas metade do seu programa, pois tornava-se necessário não prolongar o espectáculo, contou com a actuação de vários



seu «play-back» foi o segundo a actuar.

Seguiu-se o coro juvenil do Clube TAP-Air Portugal que durante a sua brilhante actuação se viu lamentavelmente sem som devido a uma avaria na nossa aparelhagem sonora.

Esta questão, não obstante a dor de cabeça que nos deu, foi rapidamente solucionada graças ao Grupo Infantil Arco-Iris que trazia uma aparelhagem sonora para a sua actuação e que de imediato se prontificou a ligar, permitindo deste modo que o coro juvenil do Clube TAP terminasse a sua actuação.

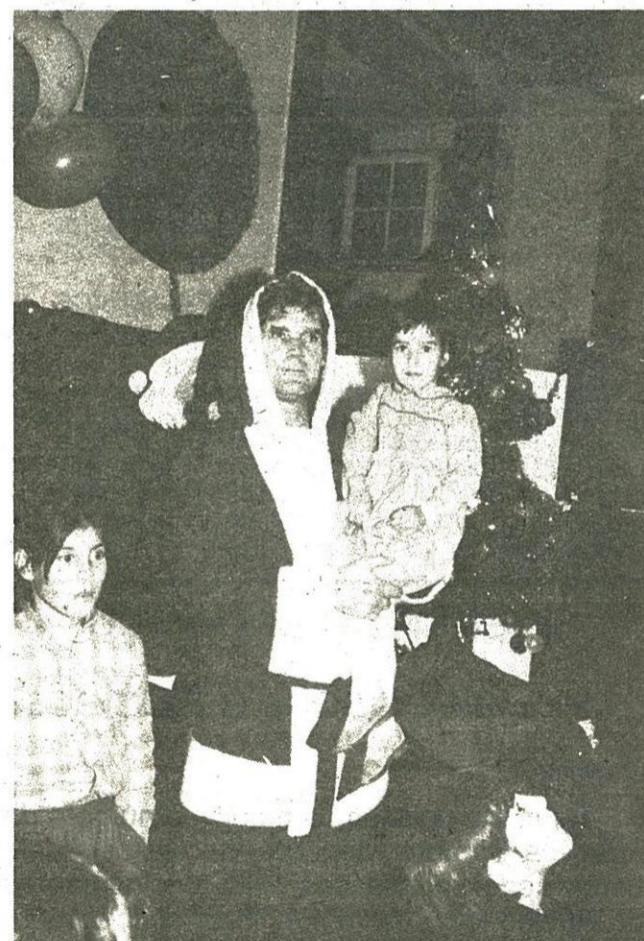
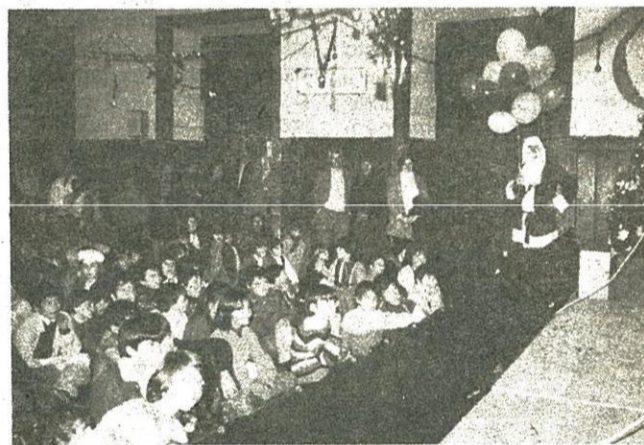
Os palhaços, como não podia deixar de ser, foram dos artistas que mais animação deram às crianças.

O Grupo Infantil Arco-Iris, que apresentou ape-

artistas de palmo e meio bastante aplaudidos pelos mais pequenos e apreciados pelos adultos. Trata-se de um grupo que gostaríamos de ter em próximas festas que venhamos a realizar.

Contámos ainda com a colaboração dos sócios Saagum e Patuleia e as filhas dos nossos associados Paula do Vale e a Alexandra Mendes.

As próximas realizações deste tipo deverão certamente contar com maior participação associativa na sua preparação e realização. Só assim a Festa de Natal, ou qualquer outra, começará antecipadamente a ser sentida e a contar com o empenhamento de todos, podendo inclusivamente pensar-se em serem os pais a preparar e oferecer o lanche às crianças.



## Com a presença de sócios de todo o País Debate sobre acumulação de indemnizações e pensões da Função Pública

Com a presença de uma centena de sócios vindos de todos os pontos do País, realizou-se no dia 23 de Novembro, na Sede, um debate sobre a acumulação de indemnizações e vencimentos da Função Pública em que foram avançadas várias sugestões para procurar solucionar o problema.

Após um período de informações prestadas pela Direcção sobre as diligências já efectuadas neste domínio, os sócios tiveram ocasião de se manifestar, frisando a injustiça de uma legislação que faz com que os deficientes das Forças Armadas trabalhadores na Função Pública desenvolvendo o mesmo trabalho, sejam sujeitos aos mesmos descontos, tenham, em suma, os mesmos deveres, mas não os mesmos direitos que qual-

quer outro trabalhador, no momento da reforma.

Foi bem vincado que as compensações por um dano sofrido durante o cumprimento do serviço militar deverão ter carácter indemnizatório, não podendo, portanto, constituir uma limitação futura aos direitos do trabalhador.

Ainda bem vincada foi a diferença de situação entre um deficiente de 20 e poucos anos, que tem certamente direito a uma indemnização por esse

facto, mas deverá continuar a ter pleno direito ao trabalho, e um aposentado por limite de idade.

O estudo deste problema à luz do direito internacional comparado, cujo «dossier» foi já entregue ao Ministério da Defesa Nacional, constitui uma esperança. Os sócios



presentes avançaram, além disso, mais algumas sugestões.

### Ações futuras

Assim, foi sugerido que a Direcção contacte os grupos parlamentares da Assembleia da República, a fim de os sensibilizar para o problema.

Foi igualmente avançada a proposta de que, no plano legislativo, todos os DFA deixem de ser abrangidos pelo Estatuto da Aposentação, que constitui o grande obstáculo à resolução deste

problema, e integrados numa Lei Especial, certamente mais fácil de conseguir que as alterações necessárias desse Estatuto.

Durante o debate, os sócios vincariam igualmente que esta reivindicação não envolve encargos para o Erário Público,

já que os deficientes nessa situação descontam para a Aposentação tal como os outros funcionários. Não se tratará portanto de criar um novo direito, ocasionando novos custos, mas sim de pôr termo à retenção indevida pelo Estado dos descontos feitos ao longo de anos com uma finalidade que depois se não cumpre, devido à existência de um Estatuto de Aposentação desajustado da actual filosofia sobre o direito dos deficientes ao trabalho.



## «POLIGRUPO»

### A EUROPA AO SEU ALCANCE

CONDIÇÕES ESPECIAIS P/ SÓCIOS EM GRUPO.

PAGUE EM 24 MESES E VIAGE DESDE JÁ.

CONTACTE: **FÁTIMA SIMÕES**  
TEL.: 73 26 41-73 27 81 (rede Lisboa)

# Saúde ou morte precoce

Praticar o desporto ou morrer mais cedo ou, mesmo vivendo, ver agravadas as suas deficiências com outras doenças é a alternativa que se coloca a todos os deficientes.

Tendo isto em conta a ADFA irá implementar uma série de iniciativas que levem os seus sócios a uma participação mais generalizada na actividade desportiva, que passa, como é óbvio, pelo empenhamento pessoal de cada um e de uma maior consciencialização sobre os benefícios da prática do desporto.

Eléctricos, autocarros, metro... correndo ou esperando ansioso que o transporte chegue, depois de em casa se ter tomado um banho rápido, feito a barba à pressa e engolindo o pequeno-almoço ainda ao sair a porta da rua. Depois vem o dia cheio de trabalho, problemas, complicações, um sem número de resoluções que em cada momento têm de ser tomadas, muitas vezes sem que os outros compreendam bem porquê. O mundo de hoje com a sua organização, tantas vezes absurda, deixa-nos perplexos, revoltados e respondem-nos: é o sistema! Isto funciona assim mesmo!... Bem vê, problemas burocráticos! Enfim, a incompreensão, a intolerância, o ritmo de vida, o stress, deixa-nos exaustos e sem forças e à

noite, em casa, procuramos — num maple fofo em frente à televisão com um copo ao lado e fumando um cigarro — o descanso, a paz, mas a TV apresenta-nos a violência, a incompreensão e a intolerância e uma surda revolta vai-se apoderando de nós e o cansaço aumenta. O corpo, o nosso corpo mutilado ressent-se por um processo a que os técnicos chamam de psico-somático ou seja, os problemas psicológicos têm influência sobre o organismo e os efeitos surgem: dores de cabeça; obesidade; dificuldades de locomoção; perda de reflexos, etc. Este ciclo vicioso vai-se agravando com o andar dos anos com especial incidência sobre nós deficientes que vemos as nossas deficiências agravadas cada dia que passa.

quem o exercício muscular é fundamental, sem ele o homem vive numa condição contra-natura e as células vão-se atrofiando. As comodidades que a vida moderna nos oferece são de molde a transformar o homem num ser que cada vez tem menos necessidade de utilizar a actividade muscular. Para que se não opere esta degeneração do corpo torna-se

## CONSCIENCIALIZAR PARA FOMENTAR O DESPORTO

Para a resolução dos problemas atrás apontados torna-se necessário analisá-los um a um para que se possa compreender e resolver o todo. Em primeiro lugar é necessário consciencializar as pessoas para os benefícios da prática desportiva e para os malefícios que se podem sofrer se ele não se praticar, em segundo lugar oferecer condições mínimas para que isso se torne possível, em terceiro lugar deve haver técnicos devidamente preparados. De qualquer forma, a consci-

necessário que saibamos contrabalançar esta inactividade com a prática regular do desporto ou pelo menos com a ginástica de manutenção. Aqui surge uma multiplicidade de problemas: falta de tempo; falta de vontade de vencer o marasmo alienante de ficar comodamente no sofá a ver televisão e muitas barreiras arquitectónicas; falta de técnicos devidamente preparados para orientar correctamente a prática do desporto por pessoas deficientes. De todos estes factores resulta que, se o desporto praticado pela população em geral é diminuto, no caso dos deficientes é praticamente nulo.

cialização é fundamental pois que, havendo vontade, mesmo em casa num pequeno espaço, num jardim, ou qualquer lugar, se pode praticar exercício físico. Mas a tomada de consciência está intimamente ligada com a eficácia que se obtém e esta é muito maior quando devidamente organizada. O estímulo aumenta quando se trabalha em conjunto, porque o homem é um ser social que gosta de conviver e o convívio desportivo é daqueles que maior prazer lhe traz.

## NÃO TENHO TEMPO

Não tenho tempo!... é a resposta de grande número de pessoas à questão de poder ocupar um pouco das suas atarefadas vidas com a prática de exercício físico.

A dificuldade de se sair da rotina diária aliada às más condições de vida que cada um é obrigado a viver, como sejam os transportes, a poluição, o urbanismo, o stress, etc., conduzem a condições de menor saúde. Como qualquer outro cidadão o deficiente é violentado pelo «corre... corre» do dia a dia, só que dispõe de menores capacidades físicas para resistir aos seu desgaste.

Se alguns já perceberam

que a subvalorização do exercício físico é negativa e passaram a recorrer a processos mais ou menos imaginativos que vão desde a corrida individual até à utilização de colectividades desportivas ou ginásios privados, procurando o bem-estar físico que lhes garante a melhoria da qualidade de vida, outros continuam a ver o tempo passar, presos de uma inércia que lhes vai arrancando a saúde e, o tempo que não têm agora, irão tê-lo mais tarde ou mais cedo na cama de um hospital.

Os deficientes de uma maneira geral não têm sabi-

do vencer as suas barreiras psicológicas nem a sociedade se encontra preparada para lhes facultar condições para o tão necessário exercício físico, sendo o jornal «ELO» bem demonstrativo do não aproveitamento das capacidades restantes bem como do agravamento das suas lesões, publicando mensalmente uma lista de

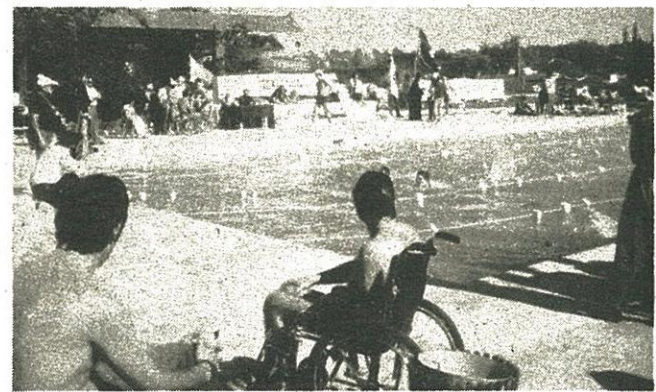
masiado extensa de sócios falecidos.

É preciso fazer uma pausa para reflexão. Há que despertar para a saúde. Cada um de nós tem de programar a sua vida de modo que dela faça parte uma prática desportiva ou ginástica de manutenção que nos proporcione momentos de lazer, recreio e desanuviamento do espírito.

## DESPORTO EM FAMÍLIA

Sendo no seio da família que se opera em primeira instância a integração, é

vívio que o desporto proporciona entre os seus membros e entre outros agregados familiares, para que o



preciso que ela seja possuidora de um estado de espírito equilibrado para o que pode contribuir o salutar con-

deficiente obtenha a autoconfiança necessária à sua plena integração na sociedade.

## MEDIDAS A TOMAR

Desde sempre na ADFA se praticou desporto, para lazer por alguns associados e como bandeira sensibilizadora da opinião pública para a problemática dos deficientes.

Hoje a ADFA já é uma instituição reconhecida a nível nacional e internacional, mas a média de idade dos seus associados é já de trinta e sete anos o que leva a modificar os seus objectivos e privilegiar a ginástica de manutenção, continuando no entanto a apoiar aqueles que desejam continuar a praticar o seu desporto favorito e estendendo estas actividades às esposas e filhos dos associados. Enquanto não for possível fazê-lo com os nossos próprios meios, iremos recorrer às capaci-

dades e potencialidades das instituições que tradicionalmente se solidarizam com as iniciativas dos deficientes.

Uma série de diligências têm vindo a ser encetadas e os mais variados contactos têm vindo a ser mantidos com diversos organismos com o objectivo de serem atingidos os objectivos atrás enunciados.

Uma questão que se torna essencial é que os sócios participem nesta dinâmica de forma activa e militante. Portanto, se tens interesse na prática desportiva, individualmente ou com os teus familiares, contacta com a associação, coloca os teus problemas, dá as tuas opiniões. Participa.



## VITAMINAS E DROGAS SÃO PALIATIVOS

Vamos aos médicos e receitam-nos vitaminas, reconstituintes, calmantes, que não são mais do que paliativos para todos os males de que sofremos. De facto, a única solução ou seja a melhor solução é a prática regular do desporto

e uma alimentação racional e equilibrada. O desporto praticado regularmente põe o nosso corpo numa relação mais harmoniosa com a sua natureza. A evolução biológica do homem através de milhões de anos transformou-nos em seres para

## Telefones e endereços de Delegações e Núcleos

### Cascais

Tal como noticiamos no último número do «Elo», a Câmara Municipal de Cascais deliberou ceder instalações para funcionamento do Núcleo local da ADFA. Para conhecimento de todos os sócios e demais núcleos e delegações, aqui fica a morada:

Urbanização Varandas de Cascais, lote 5, r/c — Cascais

### Bragança

A Delegação de Bragança tem telefone, com o número 22414, da rede do distrito nordestino.

### Funchal

A Delegação do Funchal passou a ter, definitivamente, o número de telefone 65171, da rede local.

**Tiragem deste número  
12 000 exemplares**

## Pedida audiência ao Sec. Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional

A Direcção da ADFA solicitou uma audiência ao Secretário de Estado adjunto do Ministro da Defesa Nacional, para lhe expor várias situações que preocupam os DFA e para as quais se espera uma solução a curto prazo, atendendo a que se trata de processos que transitam já do Governo anterior.

A audiência terá lugar no dia seguinte ao da publicação deste número do ELO.

Entre os problemas a expor destacam-se o da acumulação de indemnizações e pensões da Função Pública (sobre o qual foi já entregue um dossier com a legislação na matéria em vários países europeus e da NATO com visita à análise do problema numa perspectiva de direito comparado), a situação dos grandes deficientes abrangidos pelo Estatuto de Aposentação e os casos de

doenças agravadas em serviço.

Outros temas a tratar com aquele governante serão a necessidade de afectação à ADFA do terreno onde deverá ser implantado o Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional, no Porto, a situação da Sede Central, a participação da ADFA na FMAC e no SNR e as iniciativas a levar a efeito no âmbito do Ano Internacional da Paz.

## 18 de Janeiro — 14H30 Debate sobre Doenças Agravadas em Serviço

Convocam-se todos os sócios da ADFA e particularmente os afectados pelo problema das denominadas «doenças agravadas em serviço» para uma reunião a realizar na Sede, no dia 18 de Janeiro, pelas 14 horas e 30 minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações associativas
- 2 — Debate do problema

Depois da reunião análoga realizada em 23 de Novembro sobre o problema da acumulação de indemnizações e reformas da Função Pública e das diligências empreendidas pela Direcção no sentido de resolver essas situações, pretende-se agora atacar esta outra situação igualmente injusta, para o que a participação dos interessados e dos sócios em geral é de fundamental importância.

# Conferência Internacional sobre Arte, Desporto e Tempos Livres do Deficiente

Organizado pela RADAR (Royal Association for Disabled Arts and Recreation), realizou-se no final de Novembro em Cambridge uma Conferência sobre Recreação, Desporto e Arte em que além de representantes de todos os países da CEE, estiveram presentes dois representantes de Portugal, José Arruda, da Comissão Instaladora da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e Marília Fragoeiro do Secretariado Nacional de Reabilitação.

As conclusões desta conferência foram condensadas em dois documentos, um sobre Arte outro sobre Desporto e Recreação, contendo várias recomendações aos países-membros do Conselho da Europa.

Essas conclusões que reproduziremos na íntegra em próxima edição do ELO, apontam em síntese para a necessidade de criação de estruturas europeias para o equacionamento das actividades dos deficientes nestas áreas, com a participação dos interessados e salvaguardando sempre a sua liberdade de escolha.

Na sua intervenção, o representante da Comissão Instaladora da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, José Arruda, historiou a situação em Portugal no tocante ao desporto para deficientes, tendo afirmado:

«Há em Portugal vários serviços oficiais que têm desempenhado um razoável trabalho na promoção da prática desportiva para deficientes e que passamos a citar: Instituto Superior de Educação Física, ISEF, no qual desde 1975 vem sendo leccionada a cadeira de

Desporto para Deficientes aos professores de Educação Física; Direcção-Geral de Desportos também promovendo iniciativas de carácter formativo; Secretariado Nacional de Reabilitação que promove actividades no âmbito da sensibilização.»

«Mas é das Associações, com escassos recursos humanos e financeiros, que parte o grande volume das iniciativas, apesar de ainda não existir nenhuma estrutura que garanta um quadro competitivo», afirmou depois José Arruda, lembrando que as associações têm já realizado várias acções de vulto a nível nacional e até mesmo já de âmbito internacional.

O representante da Comissão Instaladora da FPDD expôs depois a vontade dos deficientes portugueses de dispor de uma estrutura coordenadora do desporto afirmando a dado passo:

«Já em 1979 nós começámos a discutir a criação em Portugal, de uma estrutura que viesse responder a uma grande lacuna no domínio do Desporto para Deficientes.

«Entendeu-se criar a

Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes com duas vertentes: Motora, Sensorial e Mental. Saliente-se o trabalho de alto nível desenvolvido, pelos técnicos que vêm trabalhando neste processo. Será uma estrutura com uma atitude e perspectiva de promover desporto integrado: «Desporto para Todos». Poderão filiar-se nela todas as Associações de/para Deficientes e Clubes Desportivos.

«Este processo tem sido moroso por diversas situações, em nosso entender tem a ver com o nível organizativo das Associações de Deficientes e consequentemente todos os graves problemas que no dia a dia os deficientes enfrentam nas restantes valências: Acesso ao Emprego, Habitação, Formação Profissional, Barreiras Arquitectónicas, Educação, Transportes e Outras que, à partida, impedem a participação efectiva dos deficientes na prática desportiva.

«Durante este percurso temos tido também muitos estímulos, fazendo-nos acreditar que a nossa aposta não foi em vão. Destacamos entre outros, a participação positiva nos Jogos Olímpicos de Los Angeles dos atletas da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, os quais conseguiram atingir resultados surpreendentes, batendo recordes do mundo e conquistando medalhas, sem terem sido criadas pelo Estado, as mínimas

condições de preparação.»

José Arruda concluiu anunciando a criação muito em breve da Federação de Desporto para Deficientes em Portugal, tendo porém lembrado que «seria utópico pensar que tudo estaria resolvido com a Federação, mas não queremos nem podemos ficar por aqui»:

«Existem hoje vários factores determinantes na alteração da mentalidade e atitude da Sociedade em relação à pessoa deficiente, referimo-nos aos grandes meios de Comunicação Social: Televisão, Rádio, Jornais e Outros.

«Quer isto dizer que a sensibilização e informação da opinião pública são também em nosso entender a trave mestra da integração da pessoa deficiente.

«Para finalizar a nossa intervenção, concluiu, queremos reafirmar a vontade de nós portugueses continuarmos o nosso caminho para que, num período razoável de tempo, possamos responder às aspirações das pessoas deficientes. Aguardamos com expectativa a entrada de Portugal a partir de 1 de Janeiro de 1986, na CEE. Iremos ser membros da Comunidade Europeia, onde o progresso e o desenvolvimento são notas dominantes dessas sociedades, esperando que possamos aproveitar e trocar experiências com objectivo de as pessoas deficientes também no nosso país, terem os mesmos direitos e deveres.



## Futebol de salão

Integrado nas comemorações do 11.º Aniversário do jornal «ELO», o sector de Desporto da ADFa, levou a efeito no passado dia 23 de Novembro, no campo da Encarnação, em Lisboa, um torneio de futebol de salão, o qual contou com a participação da nossa equipa, da equipa da Associação Portuguesa de Surdos, os «Incógnitos da Graça» e os «Barris da Qt.ª do Morgado».

Mais uma vez a APS veio a dominar o torneio, tendo-se chegado ao final com as seguintes classificações:

- 1.º, Associação Portuguesa de Surdos.
- 2.º, Os Incógnitos da Graça.
- 3.º, ADFa.
- 4.º, Os Barris da Qt.ª do Morgado.



## Ténis de mesa

Realizou-se durante a tarde do passado dia 9 de Dezembro, na sede da ADFa, integrado nas comemorações do Dia Nacional do Deficiente, um torneio de Ténis de Mesa, o qual contou com a participação de vários

sócios, tendo sido apurados para a final, António Vilarinho e Carlos Noivo, ambos portadores de grande deficiência motora e acabando por sair vencedor o nosso colega de trabalho Carlos Noivo.



## Porto Deficiência em debate na Escola de Enfermagem

Teve lugar, no passado dia 28 de Novembro, nas instalações da Escola de Enfermagem pós-Básica um colóquio subordinado ao tema «Os deficientes e suas organizações».

Com a assistência dos alunos do curso de enfermagem de reabilitação, esta acção contou com a presença de Abel Fortuna e Jerónimo Sousa (da ADFa), Luís Machado e

Manuel Bravo (em representação da Associação Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho — ANDST —), do presidente da Associação Portuguesa de Paramiloidose, bem assim como da assistente social da APD/Porto, tendo sido moderador o enfermeiro — capitão do corpo docente da Escola.

O painel proposto para discussão englobou a história das organizações de deficientes, os objectivos para as quais as mesmas estão vocacionadas, a posição de cada associação face à estrutura dos deficientes à escala nacional, o papel do Estado na integração social, bem como os projectos futuros de cada uma das associações.

## Chaves Reunião com a Del. do Porto

Realizou-se no dia 11 do corrente, uma reunião na sede do núcleo de Chaves, na qual entrevistaram elementos das Direcções da Delegação do Porto, do núcleo flavienense, e ainda, sócios da região.

Este encontro teve como finalidade, debater os principais aspectos que se prendem com o regular funcionamento daquele núcleo, bem assim como a concretização da festa de Natal destinada aos filhos dos associados, que terá lugar no Forte de S. Fran-

cisco, na tarde do próximo dia 21.

No que diz respeito ao primeiro dos assuntos tratados, apontou-se a necessidade da realização de uma reunião entre ambas as Direcções, onde serão definidas de forma institucionalizada, as directrizes que devem nortear o funcionamento do referido núcleo, que se reveste de grande importância para os sócios do ALto Tâmega, bastante afastados — sob o ponto de vista geográfico — da Delegação nortenha.

## Exposição infantil

Está patente a todo o público interessado, desde o dia 7, nas instalações da Delegação portuguesa, uma mostra de 21 interessantes trabalhos executados por crianças dos sete aos doze anos, filhas de associados.

Os originais temas, que focam aspectos diversos relacionados com

a quadra festiva que ora vivemos, estão concebidos em papel e cartolina, apresentando um leque variado de concepções, que vai do desenho a lápis de cor, às colagens.

Lembramos que esta iniciativa dedicada ao «Natal» se encontrará exposta até ao próximo dia 15 de Janeiro.

## Palácio da Independência volta a ser vítima de obras ilegais

Em Novembro de 1981, um estabelecimento da Rua das Portas de Santo Antão em Lisboa procedeu à ampliação das suas instalações escavando o terreno sob um monumento nacional, o Palácio da Independência, onde funciona a sede central da ADFA. Passados quatro anos e perante a impunidade do infractor, um estabelecimento vizinho decidiu seguir-lhe o exemplo. Alertadas as autoridades competentes, a Polícia Municipal interveio. Porém, fora de horas e especialmente durante os fins-de-semana continuam a ouvir-se ruídos de obra no estabelecimento, enquanto o pavimento do rés-do-chão da parte ocidental do palácio soa a eco como um túmulo, prenunciando precárias condições de estabilidade. Há exactamente quatro anos, um restaurante da Rua das Portas de Santo Antão procedia a obras no seu interior. No Palácio da Independência ouviam-se ruídos reveladores de que estavam a ser escavadas as fundações. A ADFA, que sempre tem tido a preocupação de manter o histórico edifício nas melhores condições, tendo já gasto centenas de contos na sua conservação, alertou as autoridades competentes, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Instituto Português do Património Cultural e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar desses avisos, tempos depois verificava-se que o infractor tinha conseguido levar a sua avante. A obra ilegal não foi, na prática, embargada e o estabelecimento em causa passou a servir refeições numa nova sala conquistada ao Património Nacional a golpes de picareta. Em Novembro deste ano, esse «exemplo» de há quatro anos frutificou, certamente adubado pela incúria das autoridades nessa primeira ocasião. A ADFA voltou portanto a alertar as entidades competentes. A Polícia Municipal efectuou uma visita de

surpresa à obra. Mas não selou a porta, como cremos que sucederia em caso semelhante em qualquer outro país europeu. Assim, todos os fins-de-semana, continuam a ouvir-se no rés-do-chão do Palácio da Independência ruídos significativos de que a obra não parou. Não poderão os responsáveis lavar as mãos com facilidade se vier a verificar-se que uma obra ilegal atempadamente denunciada causou danos num edifício que é património de todos os portugueses. O Instituto Português do Património Cultural, a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Câmara Municipal de Lisboa têm conhecimento do que se passa. Se a obra prossegue, esses órgãos têm responsabilidade em que tal aconteça. Além dos avisos feitos em devido tempo pela ADFA, também a Imprensa denunciou já o que está a acontecer. Em artigo assinado por J. Ferreira Fernandes no semanário «Tal e Qual», pode ler-se a dado ponto: «Terça-feira passada, aos olhos da Polícia Municipal deparou-se o buraco. Depois da grossa parede violada — que deveria datar da fundação quinhentista do prédio — cavou-se uma sala de sete metros de largura por quase cinco de fundo. Tudo em território do Património Nacional. Escoras de madeira amparavam o lajedo que aqui é tecto e no Palácio é soalho de um dos seus pavilhões. Meia dúzia de operários foram surpreendidos com a mão na massa, mas não sabendo nada. Responsável não havia ninguém. «Viemos na sexta-feira deitar uma mão, essas madeiras já não aguentavam muito mais. Pusemos as vigas de aço, esta madrugada acabávamos a empreitada» — disse um, apontando as vigotas de betão que iriam sustentar o tecto e se empilhavam num canto. Cumprindo o destino do mexilhão, entraram na ramona que à falta de melhor, os levou para identificação. O velho Arnaldo,



pedreiro, encolheu os ombros em gesto de *habitué*: «Já uma vez, em Évora, me pararam a obra às três da manhã. Logo que o patrão pague...». Será que fazia túneis sob o Templo de Diana? Ainda banzado, o repórter demorou-se pela obra, já silenciosa e embargada. Olhava e dizia: como é possível? Como é possível? Como é possível?... De repente, calou-se. Ao fundo à direita,

onde era suposto continuarem os alicerces do palácio, espreitavam caixas de cerveja! Era a garrafeira do «Snack-bar Raiana»! Ao lado, na porta n.º 6, já o proprietário tinha há muito instalado a sua sala de jantar sob o Património Nacional. Desde 1981, a «Raiana» põe em risco os seus clientes de receberem com um frequentador do Palácio da Independência na sopa...

## Direcção recebida na Presidência da República

A Direcção Central da ADFA foi recebida no dia 27 de Novembro, no Palácio de Belém, pelo chefe da Casa Militar do Presidente da República, almirante Silva Horta. Finalidade desta audiência: manter a Presidência da República informada sobre os problemas que se colocam aos DFA's e as acções da ADFA no sentido de os resolver.

A prática de levar regularmente ao conhecimento da Presidência a evolução dos assuntos que nos preocupam vem sendo seguida desde há alguns anos e será mantida no futuro.

Entre os problemas expostos avultam os de ordem legislativa, nomeadamente o da acumulação de indemnizações e reformas da Função Pública e a necessidade de se encontrarem saídas legislativas que contemplem a situação dos grandes deficientes.

A Direcção frisou ainda a necessidade de a Presidência da República estar informada sobre o papel e a importância do Secretariado Nacional de Reabilitação e a necessidade de o dotar de meios para exercer eficazmente as suas funções; nomeadamente no momento

presente em que o SNR deverá desempenhar o papel de interlocutor das Comunidades Europeias

A Direcção informou depois detalhadamente o almirante Silva Horta sobre a nossa participação na Federação Mundial de

Antigos Combatentes, tendo-lhe feito entrega do relatório da reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus realizada em Lisboa em Fevereiro passado.

Silva Horta por seu turno manifestou agrado pela presença da ADFA na Federação Mundial, considerando que essa presença não só é útil para a ADFA como para o País, por constituir um elo que a ADFA assim estabelece entre o nosso país e a comunidade internacional.

## Um sócio critica

O sócio Jacinto Matos contactou a redacção do «ELO» apresentando algumas críticas e sugestões, relacionadas nomeadamente com os novos moldes de funcionamento do refeitório da sede.

Afirmou-nos aquele associado que discorda frontalmente da aplicação de uma taxa de 50\$00 para os sócios e de 100\$00 para acompanhantes sempre que não tenham marcado as suas refeições com uma antecedência de 24 horas.

«Esta medida vai fazer com que os sócios se afastem da sede e se sintam discriminados», afirma Jacinto Matos, re-

ferindo o seu caso e de outros sócios residentes fora de Lisboa que não têm possibilidade de fazer essa marcação quando acidentalmente se deslocam a Lisboa.

«Deve haver uma única regra, quer seja em Lisboa quer seja no Porto. A Direcção e os sócios devem analisar o problema para tentar pôr em prática um sistema melhor», sugeriu.

## 1986: Ano Internacional da Paz

O Ano Internacional da Paz, 1986, foi proclamado em 24 de Outubro de 1985, data do 40.º Aniversário da Organização das Nações Unidas.

Na sua Resolução 39/10 de 8 de Novembro de 1984, a Assembleia Geral da ONU convidou todos os Estados, organizações das Nações Unidas, organizações inter-governamentais e não-governamentais, instituições educativas, científicas e culturais e os meios de comunicação a «contribuir ainda mais para promover a paz e a segurança internacionais na base da Carta das Nações Unidas».

O secretário-geral da organização apresentou à Assembleia Geral, na sua 39.ª sessão, uma versão actualizada do projecto de programa desse Ano Internacional, cuja celebração dará lugar a uma vasta gama de actividades.

Uma conferência de organizações governamentais terá lugar em Genebra em Janeiro de 1986 e várias organizações prevêem a execução de projectos, a convocação de conferências e a elaboração de publicações.

À escala mundial, vários governos e organizações não governamentais prevêem conferências, reuniões, exposições, programas de ensino, concessão de bolsas e acções de intercâmbio. O projecto de programa continua aberto a qualquer proposta nova.

No quadro dos preparativos do Ano, quatro seminários internacionais foram realizados ainda em 1985, centrados em três temas: a Paz e o Desenvolvimento, a Paz e o Desarmamento e a Preparação das Sociedades para Viver em Paz.

### Declaração da FMAC

Igualmente no âmbito da promoção da Paz, a Comissão Executiva da FMAC, aquando da 18.ª Assembleia Geral realizada em Roterdão publicou uma Declaração em que proclama a sua vontade de prosseguir e reforçar a acção empreendida desde a sua fundação pelos seguintes objectivos:

— Respeito pelos direitos do homem e liberdade fundamentais e eliminação do racismo e do «apartheid»;

— por uma política de desenvolvimento que conduza a uma repartição mais equitativa dos recursos mundiais.

— para a cessação da corrida aos armamentos nucleares e convencionais e pelo progresso do desarmamento assegurando a segurança de todos os países, pequenos ou grandes.

— pelo recurso, nos diferendos internacionais, à negociação e à arbitragem no quadro dos princípios da Carta das Nações Unidas, da Acta Final de Helsínquia e outros compromissos internacionais e pelo reforço com essa finalidade das Nações Unidas e de outras instituições internacionais;

— por um melhor conhecimento das novas gerações das tragédias causadas pela guerra, seu custo humano e possibilidades de o remediar;

— pela instauração de um clima de confiança entre pessoas e povos.